

## 02 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

## 03 EDITORIAL

## 04 AGENDA NOTICIOSA

Aniversários:

04 Comando Territorial de Faro

06 Comando Territorial de Bragança

07 Comando Territorial de Castelo Branco

Inauguração de Postos Territoriais:

08 PT Telheiro

PT Mira de Aire

Condecorações:

09 Diretor-Geral da *Guardia Civil*Comandante-Geral da *Jandarma Turca*

10 Promoções a Coronel

11 Futuros guardas dão sangue

Tomadas de posse:

12 Comando Territorial de Portalegre

Comando Territorial de Vila Real

13 Exposição do Mundo Animal

14 Visita da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna

15 2.º Curso de Patrão Local

16 Dia da Proteção Civil

18 Visita dos Cadetes Alunos

19 Curso de Bastão Extensível

20 “Segurança e Cidadania”

22 Guarda forma agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste

Militares da GNR evitam suicídio

23 Curso de Defesa Nacional

24 Via Sacra

Operacionalidade a Sul:

26 Detenções em flagrante delito pelo crime de furto

SEPNA de Albufeira recupera cobra abandonada

## 28 CONHECER

28 General Passos de Esmeriz

## 38 TEMA DE CAPA

38 Grupo de Intervenção de Operações Especiais

## 56 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

56 A *Gendarmeria* Nacional Argentina

59 Operação conjunta de fiscalização

60 Exercício conjunto

## 61 ESTUDO

61 Contrafacção

68 Um olhar sobre a nossa justiça militar...

73 Mas que crise



Militares do GIOE em progressão

**Ficha Técnica**

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294;

**E-mail geral:** revista@gnr.pt;**Diretor:** Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral, Coronel de Cavalaria (Res) **I Chefe da****Divisão Revista:** Carlos Manuel Pona PintoCarreira, Coronel de Administração Militar **I E-mail:**revista.direccao@gnr.pt **I Redação:** Marco António

da Silva Marta, Sargento Ajudante de Infantaria -

Fernando Custódio Borges, Cabo-Chefe de Cavalaria

**I Serviços Administrativos:** Carla Almeida, Cabo

de Infantaria; José Rasteiro, Guarda Principal de In-

fantaria; Vera Malhadinho, Guarda Principal de

Cavalaria **I Revisão Ortográfica:** Neuzza Fernandes,2.º Sargento de Infantaria **I Fotografia:** Arquivo daRevista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I****Execução Gráfica:** Gráfica/GNR. **I Tiragem:** 4.400

Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN:

1645-9253. Preço Capa: € 1,20; **Assinatura Anual:**

€ 6,00; Ano XXVII - N.º 105 — janeiro - março de

2015. Publicação Trimestral.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus au-

tores e não, necessariamente, um ponto de vista oficial.

No ano de 2012 entraram em vigor as normas cons-

tantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda,

atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções

dos seus autores vai progressivamente implementando

as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita.

Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.

## Referências Elogiosas

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva que a seguir se transcreve:

“No passado mês de dezembro, deparei-me com um problema que muito afetou o meu descanso noturno e a minha saúde: a instalação de capoeiras junto à janela do meu quarto. A referida atividade era composta por um grupo de quatro galos que cantavam de noite e de outro grupo de aproximadamente trinta patacas, aves que fazem um barulho ensurdecedor. Mas pior que tudo eram os galos que não me deixavam dormir. Informo ainda que dada a minha profissão, (educadora de infância) o facto de não dormir, estava a afetar a minha saúde e o meu desempenho profissional. Eu andava desesperada e assolou-me uma tristeza depressiva que me fazia achar que este problema nunca seria resolvido. Falei com o dono do terreno onde estavam os animais e ele mostrou indiferença e até zombou, o que me fez entender que ele não fazia a menor intenção de tirar de lá as aves. Mais, acho que a seguir seria uma vara de porcos e sei lá que mais! Falei com o veterinário da Câmara que confirmou que eram aves a mais num local perto de duas escolas (básica, 1.ª ciclo e 2.ª e 3.ª). Mas ninguém fez mais nada!

Comuniquei ao SEPNA de Milfontes e foi aí que o meu tormento teve fim!

O guarda principal de cavalaria 531/1980617, Jorge Miguel da Silva Duarte, tomou conta do assunto e não se poupou a diligências até resolver o assunto. Falou com o dono das aves e diplomaticamente convenceu-o a retirar os animais dentro de um determinado prazo. Como o homem estava doente, o Guarda ligou-me para que “sensatamente tivéssemos em conta a situação e pudesse alargar o prazo”. Eu concordei logo porque senti que alguém estava empenhado em me ajudar. E assim foi: sem atritos nem confusões ou ameaças, o assunto foi resolvido e a MINHA PAZ restabelecida!

Hoje descanso e agradeço todas as manhãs ao Guarda Duarte, que nunca vi mas que, sem me conhecer, foi sensível ao facto de eu não dormir e ter de ir trabalhar com crianças todos os dias. Não é normal encontrar alguém que sinta as nossas dificuldades: pôr-se no lugar do outro, requer uma evolução pessoal elevada e ainda mais tentar e conseguir resolver a situação.

Agradei, mas ele acha que fez só o trabalho dele. Não! Ele fez o trabalho dele com empenho e apresentou resultados! É essa a diferença entre uns e outros! E o empenho deve ser reconhecido: por mim e por quem de direito! E também gostava que ele soubesse que eu o recomendei aos seus superiores. Isso motiva e nós precisamos de gente motivada a cuidar da nossa segurança!”

Com os meus melhores cumprimentos  
Agripina Maltinha

Ao Comando da Guarda chegou uma missiva que a seguir se transcreve:

“Na semana em que apresentarei a minha demissão de Presidente da Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Bombarral, faço questão de lhe dirigir algumas palavras acerca do Senhor Comandante do Posto Territorial de Bombarral, o Sargento Nelson Batista.

Para além das seguintes características humanas inteligente, responsável, interessado e de conhecedor; que constituem a grandeza do seu carácter, quero realçar o seu zelo e brio profissional. A sua prestação na Comissão foi muitas vezes fundamental para o sucesso da nossa ação. Sempre correspondeu afirmativamente a todas as nossas solicitações, bem como por sua iniciativa provocou um melhoramento no funcionamento da Comissão, nomeadamente na Promoção e Proteção das Crianças e Jovens.

Devo ainda dizer que noutros âmbitos da sociedade bombarralense, a Guarda Nacional Republicana, sempre muito estimada e respeitada, é alvo de admiração e elogio na pessoa do atual Comandante do Posto Territorial.

Peço antecipadamente desculpa pelo uso abusivo do lema, mas ao pensar no Senhor Sargento Nelson Batista é indissociável o pensamento na divisa da GNR, “Pela Lei e Pela Grei”!

Cumprimentos,”

O Presidente da Comissão  
Fernando Manuel Leitão e Santos



**N**um momento em que as ameaças e os actos violentos com que a Humanidade e a nossa Sociedade são confrontadas, quer ao nível da desumanidade demonstrada, quer na própria mutação do seu *modus operandi*, a existência de forças com características e capacidades especiais, não só se justifica como se torna indispensável. Perante este cenário, entendemos oportuno dar a conhecer melhor aos nossos leitores as Forças de Operações Especiais existentes na Guarda Nacional Republicana, elegendo como tema de capa do presente número da Revista - o Grupo de Intervenção de Operações Especiais, comumente designado por GIOE.

Esta unidade, parte integrante da Guarda, é uma das forças militares portuguesas de operações especiais, que constitui a resposta para a gestão e actuação em situações complexas e de emergência e, que requeiram o compromisso de militares especialmente treinados e equipados, com técnicas e meios especiais de intervenção, para realizar, nomeadamente, intervenções táticas em situações de violência

concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, acções contra terroristas e resgate de reféns. De referir, que os seus militares, pela ambivalência da sua formação militar e policial, estão habilitados a desempenhar as missões de operações especiais segundo os requisitos das Forças Armadas Portuguesas, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia, quando e se integrados nestas forças.

A actuação dos seus elementos também se encontra balizada, assim como a dos restantes militares da Guarda, pelas regras relativas ao uso da força e ao emprego de meios coercivos, associados aos princípios da adequação, da proporcionalidade e da legalidade. As operações efectuadas por esta unidade são limitadas no espaço e no tempo, direccionadas a objectivos muito concretos e com caracter cirúrgico.

As acções desenvolvidas pelos militares do GIOE, no âmbito das suas competências legais são, maioritariamente, realizadas em apoio das restantes unidades da Guarda, permitindo-lhes actuar com recurso a meios de excepção, perante adversários de configurações assimétricas, dissimulados na colectividade, não disputando território ou espaço, mas que atentam contra os valores da sociedade e dos seus cidadãos. Como exemplo do empenhamento do GIOE em apoio de outras unidades da Guarda podemos referir: com a Unidade de Segurança e Honras de Estado a segurança no Palácio de Belém, na Assembleia da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a Unidade de Controlo Costeiro em operações marítimas, com as Unidades Territoriais em incidentes tático-policiais e na segurança de grandes eventos com elevado número de pessoas.

Para terminar, referimos que os militares do GIOE têm participado, com reconhecido sucesso, em diversos teatros de operações internacionais e que integram actualmente várias estruturas de cooperação internacional na área das operações especiais policiais, mantendo estreitas ligações com as unidades congéneres.

À semelhança de outras valências da Guarda, o GIOE tem desenvolvido modelos inovadores de resposta a fenómenos complexos e graves, criando competências para melhor responder a desafios futuros, contribuindo para a afirmação de uma Guarda mais humana, próxima e de confiança.

Lisboa, Carmo, 25 de Março de 2015

Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral  
Coronel de Cavalaria (res)

# Aniversários

## Comando Territorial de Faro



Comemorou-se, no passado dia 29 de janeiro, o VI Aniversário do Comando Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana.

A celebração, evocativa da instalação da 1.<sup>a</sup> Companhia da Guarda Nacional Republicana em Faro, em 1914, decorreu com a realização de um vasto conjunto de atividades de carácter religioso, militar, cultural e social que comprovaram, uma vez, mais o elevado significado regional da efeméride.

As comemorações iniciaram-se no dia 25 de janeiro, domingo, com a celebração pelo Cónego César Chantre de uma Missa Solene de Ação de Graças, partilhada por inúmeros fiéis e militares que encheram a igreja de São Pedro – Faro e na qual ficaram vincados os valores da solidariedade, da comunhão, da harmonia e da fraternidade, tantas vezes esquecidos pela sociedade. A forma intensa e plena de sentimento como foi conduzida a cerimónia religiosa constitui-se como referencial de memória para todos quantos a ela assistiram e um estímulo ao cumprimento da missão para os militares deste Comando.

As comemorações prosseguiram no dia 27 de janeiro, terça-feira, com a atuação ao vivo no espaço

FNAC do Fórum Algarve, do quarteto de cordas da Guarda Nacional Republicana.

Esta iniciativa, singular na região, possibilitou ao inúmero público presente contemplar a atuação dos três violinistas e um violonista, que apresentaram um espetáculo ao estilo dos expoentes máximos do classicismo musical, num momento intimista e pleno de brilhantismo.

Na tarde do dia 28 de janeiro, o *campus* de Gambelas da Universidade do Algarve recebeu um seminário subordinado ao tema “Violência e maus tratos na família”.

O seminário contou, no painel de oradores, com especialistas de diferentes áreas, reforçando-se assim o carácter educacional relativo ao tema, através da exposição e debate, mobilizando a comunidade científica e técnica para as especificidades deste fenómeno.

A sessão de abertura do evento, que contou com cerca de duas centenas de participantes, foi presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade do Algarve, Prof. Doutor António Branco, tendo-se-lhe seguido as brilhantes intervenções do Presidente da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em

Risco, Juiz Conselheiro Dr. Armando Leandro, da Presidente da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Prof. Doutora Maria José Magalhães, da Dr.ª Maria Conceição Roubaco, coordenadora do Instituto de Medicina Legal de Faro, e ainda do Tenente-Coronel Joaquim Vivas, chefe da Secção de Informações e Investigação Criminal do Comando Territorial de Faro.

A sessão de encerramento do seminário, presidida pelo Dr. Rogério Bacalhau, presidente da Câmara Municipal de Faro, foi antecedida de um enriquecedor debate sobre o tema.

Já na tarde do dia 29 de janeiro, quinta-feira, a cidade de Faro acolheu a cerimónia militar evocativa do aniversário, presidida pelo Exmo. General 2.º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Major-General Agostinho Dias da Costa, a qual mostrou à população, de uma forma que há muito não se via, a vitalidade e capacidade desta centenária Instituição e o orgulho de ser português, partilhado por todos e bem patente aquando da entoação do hino nacional e dos espontâneos e calorosos aplausos dos inúmeros cidadãos presentes.

A cerimónia militar patenteou a habitual postura e brilhantismo conferidos a estes momentos, destacando-

se, para além da homenagem aos mortos, a imposição de condecorações e o desfile das Forças Militares presentes.

Ao final do dia, o Teatro das Figuras, em Faro, recebeu a atuação da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana, terminando com um longo aplauso de pé, por parte dos cerca de 750 espetadores presentes no Teatro, as comemorações do VI Aniversário do Comando Territorial de Faro.

Sob a direção do maestro Sargento-Mor Armindo Pereira Luís, o Teatro Municipal de Faro, repleto, recebeu a inesquecível atuação da Banda Sinfónica da GNR, que presenteou o Algarve e os algarvios com uma atuação de nível artístico sublime.

Durante cerca de duas horas, o público presente assistiu a um espetáculo único que, de forma inigualável, conquistou o auditório, conferindo à iniciativa um brilhantismo adicional.

O Comando Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana regozija-se pelo facto de, durante a referida semana, ter dinamizado um conjunto de atividades de inquestionável carácter e apreço, realçando, para além da forma singular como a população se associou a este conjunto de atividades, o inquestionável significado intrínseco às mesmas e o



## PELA LEI E PELA GREI

fato de que durante o concerto da Banda Sinfónica da GNR decorreu uma angariação de fundos para o Centro de Apoio ao Sem Abrigo de Faro (CASA), sendo que a FNAC, associando-se à iniciativa e na sequência da atuação do quarteto de cordas da GNR, vai também efetuar donativo à referida Instituição. O dia 29 de janeiro evoca a instalação da 1.ª Compa-

nhia da Guarda Nacional Republicana em Faro, decorria o ano de 1914, sendo que o Comando Territorial de Faro está sediado na cidade de Faro e é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda Nacional Republicana em toda a região algarvia, a qual reúne 16 concelhos, correspondendo a sua área de ação a cerca de 4 960 km<sup>2</sup>.

### Comando Territorial de Bragança



No dia 24 de fevereiro, comemorou-se o 6.º aniversário do Comando Territorial de Bragança. A celebração evocativa da criação em 1913, da 6.ª companhia da Guarda Nacional Republicana sob dependência do Batalhão n.º 5, sediado na cidade do Porto, sendo presidida pelo Exm.º Comandante Operacional da GNR, Tenente-General Luís Botelho Miguel. A efeméride foi celebrada nos 18 Quartéis deste Comando, através de cerimónias simples mas repletas de brio e grande dignidade, de forma a dar público testemunho da sua capacidade, visando o reforço da sua imagem e da Guarda Nacional Republicana. Em todos os quartéis procedeu-se ao içar da Bandeira Nacional, tendo sido lida a mensagem do Comandante

da Unidade, Tenente-Coronel Domingos de Sá Pires, aos militares presentes.

A cerimónia principal decorreu nas instalações do Quartel no Comando da Unidade, tendo as Forças em Parada, sido constituídas por uma companhia a dois pelotões, um bloco motorizado e uma secção cinotécnica. Iniciou-se com a apresentação das Forças em Parada, seguida de uma alocução pelo Comandante da Unidade, e de uma intervenção da entidade que presidiu. Foram impostas diversas condecorações e efectuada uma evocação à memória dos militares falecidos em serviço. Por último as Forças em Parada desfilaram com garbo. Todos os presentes participaram num almoço convívio nas instalações do Comando.

## Comando Territorial de Castelo Branco

No dia 27 de março de 2015 comemorou-se nos 31 quartéis da GNR no Distrito de Castelo Branco o 6.º aniversário do Comando Territorial de Castelo Branco. As comemorações consistiram em realizar o içar solene da Bandeira Nacional às 09H00, a leitura da mensagem do Exmo. Comandante Territorial, Coronel Alfredo João de Oliveira Gonçalves, e a imposição de condecorações.

Em simultâneo, no Comando da Unidade, pelas 10H50 decorreu a cerimónia militar principal presidida pelo Exmo. Major-General, Comandante Operacional, Luís Francisco Botelho Miguel, e que contou com a presença de diversas entidades locais.

A data escolhida para tão nobre evento (27 de março), surge do 103.º aniversário que foi elaborado o Parecer N.º 96 da Sessão N.º 61 do Senado, datado de 1912, que teria como primordial objetivo a criação de três "*companhias mixtas da Guarda Nacional Republicana*", de caráter urgente, para a "*segurança dos indivíduos (...) e de todos que constituem os distritos administrativos de Santarém e Castelo Branco...*".

A cerimónia, realizada nas instalações do Comando Territorial de Castelo Branco, foi marcada pela alocução do Comandante do Comando Territorial fazendo referência à diminuição da criminalidade violenta, à redução do número de incêndios florestais, assim como, a um elevado decréscimo dos acidentes rodoviários e conseqüentemente, a diminuição do número de mortos, feridos graves e feridos leves.

Foi enaltecida a importância do patrulhamento de proximidade e de todas as ações de sensibilização que têm vindo a ser desenvolvidas em grande escala pelos militares do Comando.

Por fim, evocou o comportamento de excelência de todos os militares do Comando Territorial de Castelo Branco que, de uma forma competente e rica em valores castrenses, têm colaborado para que a Guarda Nacional Republicana se torne numa instituição séria, competente e prestigiada, para que todos a sintam como uma Força humana, próxima e de confiança.



# Inauguração de Postos Territoriais

## PT Telheiro



A Guarda Nacional Republicana inaugurou, no passado dia 09 de janeiro, o Posto Territorial de Telheiro na área de jurisdição do Comando Territorial de Évora, tendo a cerimónia sido presidida pelo Sua Ex.a o Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, Prof. Dr. Fernando Alexandre.

O posto reúne singulares condições estruturais e de localização que permitem aumentar, de forma significativa, a capacidade de apoio da Guarda aos cidadãos da freguesia de Monsaraz (nomeadamente nas localidades de Telheiro, Ferragudo, Monsaraz, Motrinos, Barrada e Outeiro), num total de 95 km<sup>2</sup>, servindo uma população de cerca 1382 habitantes.

## PT Mira de Aire

A Guarda Nacional Republicana inaugurou, na tarde do passado dia 13 de fevereiro, o Posto Territorial de Mira de Aire (Comando Territorial de Leiria), numa cerimónia presidida por Sua Ex.a o Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, Prof. Dr. Fernando Alexandre.

A reabilitação deste posto vem permitir melhorar o atendimento ao público, conferindo-lhe um aspecto mais moderno e dotando-o de melhores condições para a vida e o exercício das funções cometidas aos Guardas, que ali prestam serviço.



# Condecorações

## Diretor-Geral da *Guardia Civil*

O Diretor-Geral da *Guardia Civil*, D. Arsenio Fernández de Mesa Diaz del Río foi condecorado, na manhã do dia 15 de janeiro, com a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, grau ouro, a mais alta condecoração concedida por Sua Ex.<sup>a</sup>. o Ministro da Administração Interna. A medalha foi imposta pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-general Manuel Mateus Costa da Silva Couto, numa cerimónia realizada no Quartel do Carmo, Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana



## Comandante-Geral da *Jandarma Turca*

O Comandante-Geral da *Jandarma Turca*, General Abdullah Atay, foi condecorado, na manhã do dia 17 de fevereiro, no Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, com a Medalha de D. Nuno Álvares Pereira — Mérito da Guarda Nacional Republicana. A medalha foi imposta pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-general Manuel Mateus Costa da Silva Couto, numa cerimónia realizada no Quartel do Carmo.



## Promoções a Coronel

Comando-Geral

No dia 5 de janeiro decorreu na Sala General Afonso Botelho, no Comando-Geral, uma cerimónia de promoção de Tenentes-Coronéis ao posto de Coronel. A cerimónia presidida pelo 2.º Comandante-Geral, Major-General Agostinho Dias da Costa, que impôs os galões aos oficiais superiores: Coronel Carlos Carreira, Coronel Fernando Bessa, Coronel Fernando Marques, Coronel Luís Fonseca, Coronel

José Rosa, Coronel Vasco Martins, Coronel Mário Monteiro, Coronel João Maia, Coronel Joaquim Nunes e Coronel Amílcar Ribeiro. Seguidamente, o 2.º Comandante-Geral da GNR teceu algumas considerações sobre o simbolismo e a importância do ato, desejando sucesso nesta nova etapa profissional aos oficiais recém promovidos.



# Futuros guardas dão sangue

Portalegre



A estreita sintonia entre a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Portalegre – ADBSP – e o Centro de Formação da GNR da capital do Alto Alentejo resultou numa espetacular colheita de sangue. Foi na manhã de 14 de Janeiro, nas instalações da Escola, o Quartel de São Bernardo, na cidade portalegrense.

Ao todo marcaram presença 71 voluntários (11 do sexo feminino), a grande maioria soldados provisórios, que iniciaram a formação no final do ano transacto. Só que esta é uma época de temperaturas frias e, como tal, por razões clínicas só puderam doar sangue 47 dos inscritos.

Em termos de estreates, foram contabilizados 68 eventuais dadores, entre eles as 11 mulheres referidas. E foram 22 as novas inscrições no Registo Nacional de Dadores Voluntários de Células de Medula Óssea.

O Presidente da ADBSP mostra-se muito encorajado com esta iniciativa, por tudo o que ela significa. E recorda que, há já muitos anos, a ADBSP tem um acordo informal com esta unidade da Guarda, sediada em Portalegre. E tantos e bons

frutos se têm conseguido, com milhares, repetimos: milhares de unidades de sangue recolhidas. Só em 2014 foram contabilizadas 507 dádivas oriundas deste Centro Formativo.

Por razões logísticas as colheitas têm sido realizadas nas instalações do Serviço de Imunohemoterapia do Hospital Doutor José Maria Grande (perto do Convento de São Bernardo), onde os soldados são recebidos dois dias por semana. Mas, no início de mais um curso, considerou-se pertinente desenvolver esta *Brigada* em pleno coração da Escola da Guarda, até por motivos pedagógicos.

António Eustáquio sublinha também o modo cordial como a GNR recebeu os elementos da *Brigada* (funcionários do Hospital e elementos da ADBSP) e ter reiterado, novamente, toda a disponibilidade para continuar a colaborar na dádiva de sangue, atitude tão cordial e humana, como aliás tem sido apanágio nesta partilha de tantos anos.

Muitos são os Guardas doadores de sangue que jamais esquecem que foi em Portalegre que foram incentivados para a dádiva!

## Tomadas de posse

### Comando Territorial de Portalegre

O coronel de infantaria Joaquim José Caetano Nunes, assumiu as funções de Comandante do Comando Territorial de Portalegre, no passado dia 22 de janeiro. A tomada de posse concretizou-se numa cerimónia militar de transferência de comando, presidida pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto, a qual teve lugar no Quartel de Santo Agostinho, em Portalegre.



### Comando Territorial de Vila Real

A tomada de posse, do coronel de cavalaria Fernando Rocha Marques enquanto Comandante do Comando Territorial de Vila Real, concretizou-se numa cerimónia militar de transferência de comando, no dia 13 de março.

Esta cerimónia, foi presidida pelo 2.º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Major-General Agostinho Dias da Costa, e teve lugar nas instalações daquele Comando Territorial, em Vila Real.



# Exposição do Mundo Animal

Guarda marca presença com algumas valências



Realizou-se na Exponor, Centro de exposições do Norte, no período de 17 e 18 de Janeiro de 2015 a Expozoo – 9.ª Exposição do Mundo Animal que se destaca por ser um dos maiores eventos nacionais dedicados aos animais de companhia. A feira inclui para além dos *stands*, debates/conferências ligados à saúde animal, desportos praticados com animais e à actividade económica que gira em torno deste “mundo”. Em simultâneo realizou-se a 80.ª/81.ª Exposição Canina Internacional e a 2.ª Exposição Felina da Expozoo. Para efeito, a Guarda Nacional Republicana, através do Comando Territorial do Porto, designadamente com as valências de Cavalaria, Infantaria e Cinotécnica, o SEPNA – Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente, e Unidade de Intervenção, com a sua Subunidade - Grupo de Intervenção Protecção e Socorro (GIPS), participaram no evento, relevando a importância

que cada vez mais existe por parte da Guarda no que concerne à vida animal.

O Comando Territorial do Porto teve uma presença constante na feira, onde o Pelotão de Cavalaria disponibilizou aos participantes a possibilidade de montar a cavalo, o pelotão de Infantaria uma demonstração de ordem pública, e a secção cinotécnica com as suas várias especialidades executou de igual forma uma demonstração.

O público de uma forma geral e aquando da passagem pelo *stand* da GNR elogiou a sua participação, tendo mesmo na altura das demonstrações preenchido por completo o espaço destinado ao público para visualização das demonstrações.

Assim, desta forma a GNR, potenciou a sua imagem perante um público exigente, interagindo com os participantes e cumprindo a sua divisa, “Uma força humana, próxima e de confiança”.

# Visita da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna

Unidade de Controlo Costeiro



A Unidade de Controlo Costeiro recebeu, no dia 5 de fevereiro, a visita de Sua Ex.<sup>ª</sup> a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI), Dr.<sup>ª</sup> Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda, tendo sido recebida e acompanhada pelo General Comandante-Geral, numa visita que teve como objetivo facultar uma informação geral sobre as principais missões, capacidades e meios da Unidade, com realce para o Sistema Integrado de Vigilância Comando e Controlo (SIVICC) da costa portuguesa.

A visita teve início pelas 11H30, tendo o Comandante da UCC, Major-General José Fonseca, apresentado um brífingue sobre a Unidade e o SIVICC.

Posteriormente, Sua Ex.<sup>ª</sup> a SGSSI visitou o Centro de Comando e Controlo SIVICC e o Centro Nacional de Coordenação EUROSUR, ponto de ligação entre os membros europeus em matéria de criminalidade transfronteiriça, no âmbito da vigilância das fronteiras externas da União Europeia.

## 2.º Curso de Patrão Local

### Cerimónia de encerramento

No dia 09 de março, na Unidade de Controlo Costeiro, realizou-se a cerimónia de encerramento do 2.º Curso de Patrão Local.

A cerimónia foi presidida pelo Exmo. Major-General José Fonseca, Comandante da Unidade, e contou com a presença de todos os Oficiais e Sargentos que integraram o corpo docente.

Frequentaram o curso 25 militares (5 Oficiais, 2 Sargentos e 18 Guardas), que estiveram em formação entre 10DEC14 e 06MAR15.

O programa curricular dividiu-se em duas partes, uma teórica, de 10DEC14 a 13FEV15, que decorreu no aquartelamento de Santos, desta Unidade, e uma componente prática (estágio), de 16FEV15 a 06MAR15, nos Destacamentos de Controlo Costeiro. Concluíram a formação com aproveitamento 23 militares.

A cerimónia decorreu no recém inaugurado auditório da Unidade e o programa constou de uma alocução proferida pelo Diretor de Curso, Capitão Jorge Gil, Comandante do Destacamento de Controlo Costeiro de Lisboa, seguida da entrega de diplomas e umas palavras finais proferidas pelo Exmo. Major-General José Fonseca.

Este curso, constante do Plano Anual de Formação, inteiramente ministrado com os recursos próprios da Unidade de Controlo Costeiro, permitiu habilitar os militares da Unidade com as competências específicas exigidas ao governo/manobra das embarcações, que compõem a frota da Guarda Nacional Republicana. As novas competências adquiridas por estes militares constitui uma mais valia para o integral cumprimento da missão que está conferida àquela Unidade.



## Dia da Proteção Civil

Santo Tirso



O Dia Mundial da Proteção Civil é comemorado todos os anos a 1 de março, dia em que entrou em vigor a Constituição da Organização Internacional de Proteção Civil, sendo uma organização intergovernamental, cujo principal objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento, pelos Estados, de estruturas capazes de garantir proteção e assistência às populações e ainda a salvaguarda da propriedade e do ambiente face a catástrofes com origens naturais e tecnológicas, sendo também uma plataforma congregadora destas estruturas, fomentando a co-operação e a solidariedade entre as mesmas e, por outro lado, o seu desenvolvimento em países onde ainda não se encontram implementadas. Este dia tem como finalidade realçar a importância da proteção civil no dia-a-dia da comunidade e motivar cada vez mais as populações a terem um papel mais ativo e decisivo na temática da proteção civil.

O concelho de Santo Tirso levou a cabo entre os dias 27 de fevereiro e 1 de março de 2015 as comemorações anuais da proteção civil, divulgando os vários atores que constituem esta estrutura, a sua missão e a sua importância.

Com uma exposição pública centrada na Praça do Município, toda a comunidade foi convidada a participar e a assistir durante três dias às apresentações funcionais de cada organismo.

A comunidade escolar participou ativamente nestas festividades, que através dos mais novos provaram que o futuro está na prevenção, reforçando a importância destas divulgações.

A Guarda Nacional Republicana fez-se representar com as diversas forças sediadas no Distrito do Porto, para uma divulgação de todas as valências que a Guarda possui e qual o papel de cada uma.

Como tal, estiveram presentes na exposição:

- Uma patrulha da Secção de Programas Especiais (SPE) com uma viatura da “Escola Segura” e uma patrulha moto da Secção de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), ambas do Destacamento Territorial de Santo Tirso;
- O Destacamento Controlo Costeiro de Matosinhos com uma patrulha equipada com uma moto 4 e uma viatura ligeira com semirrígido;
- A UI/GIPS/Pelotão de Intervenção Proteção e Socorro de Baltar com uma patrulha em viatura ligeira de combate a incêndios e material de exposição;
- O Destacamento de Trânsito do Porto com uma patrulha moto e uma viatura ligeira;
- O Destacamento de Intervenção do Comando Territorial do Porto com material de exposição, constituído por uma patrulha a cavalo e uma patrulha de ordem pública que em coordenação com uma equipa de cinotécnica realizaram uma demonstração no local. Foi colocado no *stand* GNR um manequim ostentando o novo fardamento que irá entrar em vigor neste Comando, para divulgação e conhecimento populacio-

nal da futura e nova imagem da Guarda.

No âmbito do programa Escola Segura, os alunos de Jardim de Infância do Agrupamento de S. Martinho do Campo – Santo Tirso que, devidamente fardados explicaram à população, qual a função dos militares da GNR e o papel que têm na proteção civil.

Na conferência municipal de proteção civil realizada no âmbito das comemorações, esteve presente o Comandante do Pelotão de Intervenção de Proteção e Socorro de Baltar, que palestrou sobre “A importância da atividade física regular, alimentação e estilo de vida saudável no bom desempenho dos agentes de proteção civil”, na qual realçou a importância do treino físico nos militares do GIPS, devido ao enorme desgaste físico e psicológico que são sujeitos nas diversas situações a que são chamados.

No final dos três dias de comemoração, o município bem como as entidades locais de Santo Tirso, agradeceram a participação da Guarda nestas comemorações, realçando a importância da Guarda Nacional Republicana na proteção civil do concelho de Santo Tirso, recebendo diversos elogios por parte da comunidade.



## Visita dos Cadetes Alunos

Comando-Geral da Guarda



No âmbito das actividades curriculares do Curso de Oficiais da GNR ministrado na Academia Militar, o Comando-Geral recebeu no dia 23 de Fevereiro, do presente ano, a visita de 28 cadetes-alunos do 1.º ano.

À chegada ao Comando-Geral, os alunos receberam uma breve mensagem de boas-vindas à Instituição e votos de sucesso para a sua formação por parte do 2.º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Major-General Agostinho Dias da Costa. De seguida, foi apresentado um *briefing* sobre as missões, organização, funcionamento e demais actividades da GNR.

Posteriormente, os cadetes assistiram a outras apresentações temáticas, entre elas, uma sobre a ciberdefesa e outra sobre os sistemas de in-

formação usados pela GNR, em particular, o Centro de Comando e Controlo Operacional (CCCCO).

Os alunos tiveram a oportunidade de visitar a sala onde o Professor Doutor Marcello Caetano recebeu e negociou com o Capitão Salgueiro Maia, durante a revolução de 25 de Abril, a entrega do poder ao General António Spínola e a sala “General Afonso Botelho”, onde estão evidenciados, para além dos retratos dos antigos comandantes-gerais, os sinais dos projecteis de G3 disparados em 1974.

Por fim, o curso visitou o Museu da Guarda e a recriação da cela austera onde viveu e morreu, supostamente, D. Nuno Álvares Pereira, com uma breve passagem pela “Varanda do Rossio”, conhecida pela sua vista privilegiada sobre a cidade de Lisboa.

# Curso de Bastão Extensível

Guimarães

Entre 18 e 20 de março último, com um total de 20 horas, realizou-se o 8.º *Curso de Bastão Extensível* (CBE), nas instalações do Destacamento Territorial de Guimarães.

O *Curso de Bastão Extensível* é um curso de especialização na área policial que visa habilitar os militares para o desempenho das tarefas que, no âmbito da intervenção policial, exijam o recurso a técnicas de utilização de *Bastão Extensível*.

Nesta formação, procura-se que o militar da Guarda adquira um conjunto de técnicas e de procedimentos de utilização do *Bastão Extensível* para aplicação no serviço operacional, procurando-se, para tal, o desenvolvimento de competências e de comportamentos específicos como sejam a preparação do militar para um melhor desempe-

nho da sua função, reforçando as suas competências e mitigando os seus pontos fracos com o propósito último de melhorar a qualidade de serviço prestado à sociedade civil.

Acompanhando as orientações estratégicas da Guarda Nacional Republicana e dando primazia à excelência do serviço que presta no domínio da segurança e na prossecução do interesse público, em concreto no espectro operacional, o Comando Territorial de Braga já realizou até à data oito *Cursos de Bastão Extensível*. Com esta ação a Unidade logrou a especialização de 160 militares dos seus diversos Destacamentos, tendo como objetivo de formação a realização contínua de um *Curso de Bastão Extensível* por mês nos vários Destacamentos deste Comando.



## “Segurança e Cidadania”

Escola da Guarda - Ciclo de Conferências

No dia 25 de fevereiro e dias 04, 11, 18 e 25 de março de 2015, a Guarda Nacional Republicana (GNR), visando refletir profundamente, com algumas das mais prestigiadas personalidades da sociedade, e daí extrair conhecimentos e experiências que melhor habilitem os militares da GNR a responder adequadamente ao que deles é funcionalmente esperado, organizou um Ciclo de Conferências subordinado ao tema “Segurança e Cidadania”.

As conferências, realizadas nas instalações da Escola da Guarda (EG), tiveram início com a chegada das entidades à Porta de Armas da EG,

pelas 09h30 e subsequente execução das honras militares regulamentares.

Durante o período da manhã tiveram lugar, no auditório General Passos de Esmeriz da Escola da Guarda, as palestras programadas para o evento, ministradas por diferentes entidades. Assim:

- A 1.ª Conferência, que teve lugar no dia 25FEV15 e cujo tema foi “Novos desafios à Segurança Interna – Criminalidade Desterritorializada e Terrorismo Jihadista”, teve como moderador o Dr.º Paulo Nogueês e como oradores o Prof.º Dr.º Moreira de Sá e o Prof. Dr.º Pathé Duarte;





- A 2.ª Conferência deste Ciclo de Conferências, cujo tema foi “Liberdade, Segurança e Cidadania - Reflexão Sobre Os Limites Do Estado De Direito”, teve lugar no dia 04MAR15 e contou com a presença do Prof.º Dr.º Borges Gonçalves como moderador e do Prof.º Dr.º José Adelino Maltez e Prof.º Dr.º Mendo Castro Henriques como oradores;
- Na 3.ª Conferência deste Ciclo de Conferências, a temática abordada foi “Novas Formas De Criminalidade - Horizontes Da Inovação Tecnológica Ao Serviço Da Segurança”, tendo como moderador o Eng.º Jorge Sales Gomes e como oradores o Coronel Alfredo Deak Júnior e o Prof.º Dr.º Luís Borges Gouveia;
- A 4.ª Conferência deste Ciclo de Conferências, subordinada ao tema “A Segurança na Rede Rodoviária Nacional – Medidas para a Redução da Sinistralidade”, teve como moderador o Prof.º

- Dr.º João Dias e como oradores o Prof.º Dr.º Jorge Santos e o Prof.º Dr.º João Cardoso;
  - Por fim, a 5.ª Conferência, cujo tema foi “A Segurança Interna como pilar da Segurança Nacional – Contributos para um conceito Estratégico de Segurança Interna”, teve como moderador o Prof.º Severiano Teixeira e como oradores o Prof.º Dr.º Nelson Lourenço e o Dr.º Conde Rodrigues. Para além destas entidades, esteve ainda presente, sua excelência a Ministra da Administração Interna, Dr.ª Anabela Miranda Rodrigues.
- Durante as conferências acima referidas, para além da apresentação das diferentes temáticas por parte dos oradores, houve ainda lugar para um debate, onde a plateia teve um papel ativo. As palestras terminaram ao final da manhã, seguindo-se um almoço de convívio, para todos os participantes diretamente ligados ao evento.

## Guarda forma agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste

No âmbito do protocolo de cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e o Instituto de Defesa Nacional de Timor-Leste a Guarda Nacional Republicana concluiu no dia 07 de março, a Formação de Base aplicada aos 260 novos agentes do 3.º Curso de Formação de Agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), no Centro de Formação da PNTL, em Díli.

Este Curso de Formação de Agentes é constituído por três fases distintas de formação, Formação de Base, Formação Escolar e Formação em Exercício. Durante as últimas sete semanas decorreu, no Centro de Instrução e Formação e Treino da Unidade Especial de Polícia em Rairobo, a Formação de Base composta por seis disciplinas de caráter geral: Cidadania e Polícia; Armamento e Tiro; Ordem Unida; Topografia e Orientação; Tática das Forças de Segurança; e Educação Física. Os 11 militares da GNR para além de coordenarem o planeamento do

curso, acompanham os conteúdos lecionados e contribuíram ativamente para o sucesso no tocante à formação e capacitação dos quadros dos futuros agentes da PNTL, nesta primeira Fase do Curso.



## Militares da GNR evitam suicídio

### Porto

A pronta intervenção de uma patrulha do Destacamento de Intervenção do Comando Territorial do Porto permitiu evitar que um jovem, de 22 anos, se suicidasse.

Esta ação decorreu ao final da manhã do dia 29 de março, quando ao passarem no tabuleiro da Ponte da Arrábida, no sentido Sul/Norte, a patrulha da GNR deparou-se com o jovem que se preparava para se atirar da ponte, pelo que, de imediato os militares aproximaram-se do homem e através de diálogo, procuraram demovê-lo da sua intenção de por termo à vida. Em simultâneo outros elementos da equipa, conseguiram aproximar-se e agarrar o jovem que já se encontrava do lado exterior do

gradeamento da Ponte, retirando-o em segurança e impedindo o suicídio.



# Curso de Defesa Nacional

## Escola da Guarda

No dia 19 de março de 2015 a Guarda Nacional Republicana (GNR) contou com a visita de uma Delegação do Curso de Auditores da Defesa Nacional, composta por 53 elementos.

A visita, realizada nas instalações da Escola da Guarda (EG), teve início com a chegada da delegação à EG, pelas 13h00, seguindo-se a receção e respetiva apresentação de cumprimentos bem como, um almoço de convívio.

De seguida, foi feito um pequeno *briefing* sobre a Guarda Nacional Republicana pelo Exmo. MGen. Rui

Moura, Comandante do Comando de Doutrina e Formação, com o objetivo de permitir aos elementos do Curso de Defesa Nacional terem um contacto mais próximo com a missão da GNR, a sua atividade e capacidades. A par do referido, foi ainda feita, na parada da EG, uma exposição estática dos meios que a GNR tem à sua disposição.

Por fim, também na parada da EG, realizou-se uma demonstração de meios Cino e de Ordem Pública.



## Via Sacra

Centro de Formação da Figueira da Foz



No passado dia 26 de março de 2015, o Centro de Formação da Figueira da Foz (CFFF) da Escola da Guarda, em estreita colaboração e coordenação com a Paróquia da Figueira da Foz, organizou pelo segundo ano consecutivo, a recriação da Via Sacra. Inserida no âmbito das celebrações da Quaresma e preparação para a Páscoa, a cerimónia contou com a presença de Sua Ex.<sup>ª</sup> Reverendíssima, o Bispo das Forças Armadas e Segurança D. Manuel Linda, do Exmo. Comandante da Escola da Guarda, Major General Domingos Pascoal e do Exmo. Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Dr. João Ataíde, entre outras entidades. O evento, revestido de toda a solenidade, realizou-se com o empenhamento voluntário dos alunos do 37.<sup>º</sup> Curso de Formação de Sargentos, de militares e de civis do CFFF, que integraram todo o elenco que encarnou a caminhada, com bastante aceitação e

participação da população local.

A referida encenação, excelentemente organizada pelo Sr. Capelão da Escola da Guarda, Padre Cecílio Pereira, enalteceu uma vez mais a dinâmica e espírito de iniciativa que caracterizam o corpo docente e discente deste Centro de Formação da Escola da Guarda, e a permanente predisposição para a aceitação de desafios que aproximem e envolvam a comunidade onde nos inserimos.

A noite, o silêncio e o ruído da massa humana dando passos sussurrantes, o arrojado da pesada cruz de madeira maciça, o contraste das luzes brilhantes na escuridão e as expressões dos participantes, os que integravam as figurações e os que acompanhavam, em cortejo, fizeram sentir, desde o primeiro momento, que o trabalho realizado teria resultados visivelmente impressionantes.

Estação após estação, o aluno do 37.º Curso de Formação de Sargentos, encarnando o papel de Cristo, arrastou a cruz ao longo de três quilômetros, num esforço evidente nas suas expressões e posturas físicas, emprestando à personagem um realismo que não se esperava tão intenso. Outros alunos do mesmo curso encarregaram-se das leituras alusivas a cada estação, depois de os terem trabalhado e treinado cuidadosamente para que nada falhasse. A Guarda romana, vestida a rigor, abria alas para garantir a progressão de Cristo condenado até ao seu destino final. A assistência progredia ordeira na atitude e caótica na ânsia com que procurava uma colocação privilegiada nas alas para assistir a cada dramatização. Tal entusiasmo fez com que os elementos do Grupo Coral tivessem, frequentemente, muita dificuldade em interpretar as bonitas peças musicais que meticulosamente ensaiaram para o efeito.

Neste cortejo, caminhavam lado a lado entidades religiosas, presidentes, comandantes, alunos, guardas e civis movidos pela mesma fé. A chegada

à Igreja Matriz, onde decorreram os últimos quatro quadros, deixou clara a dificuldade que o local e seu espaço disponível tiveram em acolher o mar de gente que ali desembocou. Olhando e estimando concluiu-se que as várias centenas se acotovelavam a espreitar entre cabeças para assistirem a tudo o que ali se desenrolava. Crucificação, elevação da cruz, até a recolha do corpo para o sepulcro fizeram estampar emoções e escorrer lágrimas de muitos rostos.

Apesar das condições meteorológicas adversas a importância da mensagem foi partilhada, constituindo um momento muito marcante para todos os que nela participaram, onde foram vivenciados os valores que norteiam esta Quadra. No final, a mensagem de D. Manuel Linda foi inequívoca no que concerne à nobreza e sentimentos empregues por todos no evento, não se cansando de elogiar e saudar tão nobre iniciativa. Após tudo terminado, deu-se o recolher. A tropa para o quartel e cada um para suas casas. Mas depois deste acontecimento, certamente todos muito mais ligados entre si.



## Operacionalidade a sul

### Detenções pelo crime de furto



Militares do Posto Territorial de Castro Marim da Guarda Nacional Republicana detiveram ao final da manhã do dia de ontem, 11 de fevereiro, um casal de nacionalidade portuguesa com 46 anos, indiciado pela prática do crime de furto.

As movimentações suspeitas de uma carrinha junto a uma propriedade rural localizada no sítio da Corte da Pega – Rio Seco, a escassos quilómetros de Castro Marim, despertaram a atenção de um

militar que, encontrando-se de folga, de imediato solicitou a colaboração da patrulha do Posto Territorial de Castro Marim, a qual procedeu à abordagem dos indivíduos.

No decurso da abordagem e identificação do casal, verificou-se que no interior do veículo em que os mesmos transportavam-se encontravam vários sacos de alfarroba e vários objetos de metal (não precioso), sendo que das diligências de imediato encetadas, no intuito de aferir e perceber a envolvência da situação, se veio a apurar que os mesmos haviam sido furtados do interior de uma habitação localizada nas imediações.

Os militares procederam então à detenção dos indivíduos pelo furto de cerca de 450 quilos de alfarroba, de metal não precioso e de um elevado número de ferramentas, objetos que foram apreendidos e, posteriormente, entregues ao seu legítimo proprietário.

Os detidos, residentes em Faro, foram presentes ao Departamento de Investigação e Ação Penal de Vila Real de Santo António para aplicação das medidas de coação achadas adequadas.

### SEPNA de Albufeira recupera cobra abandonada



Ao início da manhã do dia de hoje, 06 de março de 2015, militares do Núcleo de Proteção Ambiental (NPA) do Destacamento Territorial de Albufeira da Guarda Nacional Republicana recuperaram uma cobra Píton Albina, com cerca de dois metros, abandonada no interior de um contentor de lixo na zona dos Salgados – Albufeira.

O réptil, com o nome científico “Python molurus bivittatus”, foi encontrado por um popular, residente nas imediações, que surpreendido pela descoberta e pelo tamanho do animal, encontrado em zona urbana, contactou de imediato a GNR.

Atendendo aos riscos que a situação comportava, tanto para o animal como para a população, de

imediatamente o NPA da GNR de Albufeira fez deslocar uma equipa ao local, tendo desencadeado uma operação de resgate da cobra, a qual depois de recolhida foi encaminhada para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Parque Natural da Ria Formosa – Olhão, onde se encontra agora em condições de bem-estar. Desconhece-se até ao momento a identificação do proprietário da Píton Albina bem como a forma

como foi lá parar, sendo este, nos últimos três anos, o décimo réptil abandonado que foi recuperado pelo SEPNA da GNR no Algarve. A cobra Píton Albina, a primeira encontrada na região, é uma espécie não venenosa que vive em florestas húmidas e zonas rochosas perto de água, podendo atingir 8 metros e pesar até 80 quilos, alimentando-se de ratos, coelhos, aves e mamíferos de pequeno porte.



CONHEÇA MELHOR TODAS AS VANTAGENS QUE TEMOS PARA SI:  
(+351) 210 407 510 / 220 407 510 (dias úteis, das 08h30 às 19h30)

E-mail [forcas.seguranca@lusitania.pt](mailto:forcas.seguranca@lusitania.pt)

Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

**LUSITANIA**  
SEGUROS

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A Grupo Montepio  
Rua de S. Domingos à Lapa, 35 1249-130 Lisboa [www.lusitania.pt](http://www.lusitania.pt)  
Capital Social 12.500.000 Euros P. Coletiva nº 501 689 168 Matriculada na C.R.C. de Lisboa

# GENERAL PASSOS DE ESMERIZ

## “O ASA NEGRA”

Comandante-Geral da GNR no período de 1975 a 1982

Pelos Capitães:

- Márcio Leonel Carvalho Lourenço
- Pedro Filipe Saragoça Ribeiro
- Luís Filipe Queirós Correia

*“...da minha vida militar, de 42 anos de serviço efectivo, por muitos lugares passei; muitas colocações tive; muitas funções desempenhei.*

*De tudo conservo saudosas e gratas recordações, mesmo daquilo que foi penoso e difícil: - como sejam os 77 meses de comando de tropas sempre em operações de campanha no antigo ultramar português; seja o extraordinário e angustiante período de 1974-1975 como comandante da Região Militar do Norte.*

*Mas devo afirmar sentidamente que o serviço e a função que mais profundamente me marcou – e marca – foi a minha missão de servir o País, servindo a GUARDA.*

*A ela fiquei – e estou – eternamente ligado com amor, pelo sentimento e espiritualidade.”*



Figura n.º 1: General Passos de Esmeriz (Andrade, 2011, p. 170).

**General Passos de Esmeriz – já na situação de Reforma, Opinião de Ronda na Brigada Territorial n.º 4 – Porto, 1998**

### Introdução

Os valores da profissão militar, como profissão ao serviço de um Estado democrático, têm que ser consistentes com os valores morais, espirituais e sociais que definem o carácter fundamental da Nação.

Compreender a nossa história é fundamental para a interpretação correta do presente. A GNR é um

ator vivo da História de Portugal e Homens como Passos de Esmeriz escreveram passagens importantes desta, pela marcante e incontornável carreira militar enquanto Comandante-Geral da GNR numa época de constante perturbação social ameaçadora da segurança interna, como é o caso do período pós 25 de abril de 1974.

## 1 - Contextualização histórica da época

### a. Portugal e a GNR

No ano de 1973, o choque petrolífero, a desvalorização do escudo, a inflação galopante, o aumento do custo de vida e o agravamento dos conflitos sociais, atiraram Portugal para uma grave crise económica. O cansaço pela perpetuação da guerra em África levou a que os oficiais do quadro permanente atingissem níveis críticos de saturação, servindo de catalisadores para abalar o regime ditatorial de então (Ramos *et al.*, 2009).

Também na GNR a continuação da guerra em África tinha grandes repercussões, devido à crescente dificuldade de mobilização de quadros, nomeadamente oficiais superiores, que eram recrutados exclusivamente ao Exército.

Em 1974, a GNR ainda estava dotada das velhas espingardas *Mauser* do tempo da Primeira Guerra Mundial (Andrade, 2011). Apenas a rede de transmissões da Brigada de Trânsito era moderna.

Porém, logo a seguir ao 1.º de maio de 1974, o ambiente rapidamente mudara e a desconfiança, a crispação e a violência regressaram, afetando a

sociedade em geral e também as Forças Armadas, as Forças de Segurança e os partidos políticos. A perda da ação de comando nas Forças Armadas, os ataques aos quartéis da GNR e da PSP, os movimentos populares, as questões ligadas à Reforma Agrária e, ainda, os ataques bombistas são testemunhas das dificuldades sentidas naquele período revolucionário.

Em vésperas do 11 de março de 1975, a animosidade que se vivia em relação às Forças de Segurança, os boatos que soavam acerca do Programa do MFA com a extinção da GNR e da PSP e a criação de uma única Força de Segurança, podem ter estado na origem do descontentamento e conseqüente adesão da GNR à tentativa de revolução, que culminou num fracassado golpe militar encabeçado pelo General Spínola, a 11 de março (Andrade, 2008).

A 30 de agosto de 1975, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves caiu tendo assumido o cargo o Almirante Pinheiro de Azevedo. A 29 de Setembro, este novo Primeiro-Ministro exonerou o Comandante-Geral da GNR, General graduado Pinto



Figura n.º 1: Viaturas blindadas Shorland Mark III

Ferreira e, em 28 de Outubro, o Comando da GNR foi assumido pelo Brigadeiro Manuel Passos de Esmeriz – oficial da confiança pessoal de Ramalho Eanes e antigo subordinado de Costa Gomes na região militar de Angola (Andrade, 2008).

### **b. Assunção do Comando da GNR pelo General Passos de Esmeriz**

Logo após assumir o Comando da GNR, o Brigadeiro Passos de Esmeriz, com o apoio e a confiança do Governo, iniciou a normalização da Guarda, repondo a hierarquia da cadeia de comando e reforçando a sua atividade operacional, que tinha ficado muito abalada com o golpe de 11 de março. A postura deste novo comandante fez-se sentir logo um mês após a sua tomada de posse, no 25 de novembro de 1975, tendo a Guarda desempenhado um importante papel ao lado dos setores militares moderados, nomeadamente o Grupo dos 9 do MFA da ala Eanista.

Na noite de 26 de novembro, o Tenente-Coronel Ramalho Eanes mandou proceder à devolução imediata das viaturas blindadas *Shorland* à GNR, que voltariam a ser pintadas de cinzento, a sua cor original e habitual das viaturas da GNR, de então.

O General Passos de Esmeriz, ainda antes do 25 de novembro, já tinha terminado com o processo de reformulação (unificação) das Forças de Segurança, iniciando uma progressiva reativação da disciplina e da consolidação da estrutura do Comando, incrementando a operacionalidade da sua atividade diária e a conseqüente revitalização da imagem e do prestígio da GNR. Desde então, a GNR foi-se tornando interveniente e decisiva num período marcado pela instabilidade e insegurança política, pela fragilidade do processo da Reforma Agrária, pelo controlo e apreensão do armamento dispersado, bem como pelas atividades terroristas levadas a efeito, sobretudo pelo Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) e pelo Exército de Libertação de Portugal (ELP). A GNR neste período foi quem, efetivamente, garantiu a segurança e a ordem no país.

O General Passos de Esmeriz desempenhou as funções de Comandante-Geral da GNR, durante sete anos, tendo proporcionado de forma eficiente e eficaz a transição, estabilização e dinamização das atividades da Guarda, adaptando-a à nova conjuntura nacional assente na liberdade, na democracia, no fim da colonização e na viragem es-



Figura n.º 3: Militares de cavalaria da GNR no Alentejo durante o processo conhecido por “Reforma Agrária” (foto dos finais dos anos 70) (Andrade, 2011, p. 168).

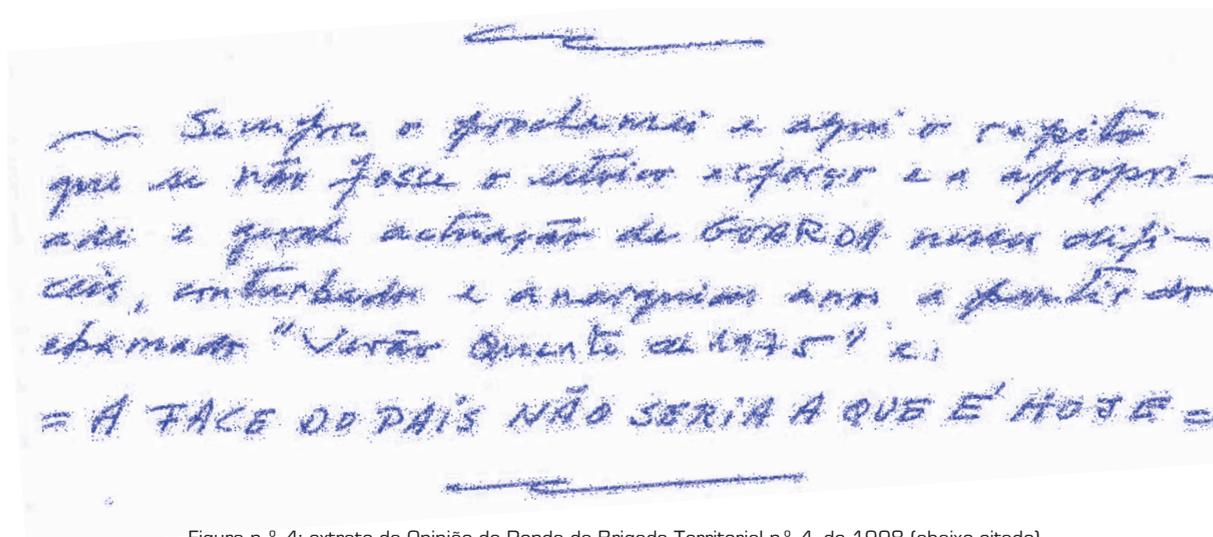


Figura n.º 4: extrato da Opinião de Ronda da Brigada Territorial n.º 4, de 1998 (abaixo citado)

tratégica para a Europa e, consequente, desenvolvimento económico e social (Andrade, 2008).

Citando o próprio General Passos de Esmeriz, numa Opinião de Ronda da Brigada Territorial n.º 4, de 1998 - já na situação de Reforma - "***Sempre o proclamei e aqui o repito que se não fosse o estóico esforço e a apropriada e geral actuação da GUARDA nesses difíceis, conturbados e anárquicos anos a partir do chamado "Verão Quente de 1975" e: A FACE DO PAÍS NÃO SERIA O QUE É HOJE***", facilmente se depreende a intervenção decisiva que a Guarda teve na estabilidade de Portugal.

## 2 - O General Passos de Esmeriz – "O Asa Negra"

### a. Biografia

O General Manuel Carlos Pereira Alves Passos de Esmeriz nasceu em 16 de setembro de 1919, natural de Foz do Douro – Porto.

Assentou praça, como soldado cadete, no Regimento de Infantaria de Braga após ter completado os estudos preparatórios, para a Escola do Exército, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Ingressou na Escola do Exército, em 12 de agosto de 1940, terminando o Curso da Escola do

Exército, em 1942, e o tirocínio como aspirante a oficial, na Escola Prática de Infantaria, em 1943.

Serviu, de 1943 a 1947, no Batalhão Independente de Infantaria 19 – Funchal.

Serviu, de 1947 a 1950 e de 1957 a 1959, no Batalhão de Caçadores 9 – Viana do Castelo.

Serviu, entre 1959 e 1961, no Regimento de Infantaria 15 – Tomar.

De 1961 a 1963, desempenhou funções de 2.º Comandante da PSP do Porto.

Serviu no Regimento de Infantaria 8 – Braga e no Regimento de Infantaria 6 – Porto, entre 1965 e 1967, nas funções de 2.º Comandante. Foi Comandante destas Unidades em 1972/73 e em 1973/74.

Comandou a Região Militar do Porto desde 25 de abril de 1974 até 05 de abril de 1975.

Chefiou a 1.ª Divisão do EMGFA em 1975.

Foi Comandante-Geral da GNR desde 27 de outubro de 1975 a 26 de agosto de 1982.

Efetuiu diversas comissões no Ultramar, prestando serviço em Moçambique, de 1950 a 1957; no Comando Territorial Independente da Guiné, de 1963 a 1965, como Comandante de um Batalhão de Caçadores; comandou um Batalhão de Caçadores na Região Militar de Angola, de 1967 a 1969; e foi Comandante de um Setor na Região

## PELA LEI E PELA GREI

Militar de Angola, de 1970 a 1972.

Da sua Folha de Serviços constam vários louvores, dos quais, sete em Ordem do Exército, e três, em Diário da República; e condecorações nacionais e estrangeiras de que se destacam entre várias Medalhas de Serviços Distintos, uma de Ouro com Palma.

Passou à reserva em 16 de setembro de 1978, por ter atingido o limite de idade.

Era casado com a Senhora Dona Maria Manuela Gonçalves de Esmeriz. Tinha uma filha, dois netos e dois bisnetos.

Faleceu no Hospital Militar do Porto, em 04 de abril de 2004, com 84 anos, sendo sepultado no cemitério de Agromonte, no Porto, de onde era natural e residia.

### b. Perfil

Ao longo da sua distinta carreira militar, foi um militar disciplinado e disciplinador, sempre muito respeitado e muitas vezes “temido” pelo seu trato difícil, notabilizando-se pela sua ação de comando, competência, dedicação, dinamismo, rigor, aprumo, ponderação, cultura e inteligência, revelando excepcionais qualidades militares e cívicas, retidão, lealdade, coragem moral, zelo e total entrega à causa pública, conforme se pode constatar no teor dos vinte e quatro louvores registados na sua vasta folha de matrícula.

Chamado a comandar a GNR, em 1975, numa época em que só um General prestigiado e com acentuado espírito de missão era capaz de cumprir, com assinalável êxito, tarefas que, no seu conjunto, contribuíram para o reforço da autoridade democrática e para a defesa das Instituições, “segurou” a Instituição em época de conturbação e anarquia, pós 25 de abril e no período da Reforma Agrária. Com profundo conhecimento dos fundamentos da Missão que competia à Guarda teve necessidade de, com a frontalidade que lhe era peculiar, tomar posições firmes e decisões sem vacilações de demonstração

Datas das Promoções	
Alferes	01-11-1943
Tenente	01-12-1946
Capitão	01-12-1948
Major	09-03-1959
Tenente-Coronel	26-04-1965
Coronel	19-03-1971
Brigadeiro	12-09-1974
General	09-02-1976

Condecorações e Louvores
Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma
Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe
Medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe
Comendador da Ordem Militar de Avis
Oficial da Ordem Militar de Avis
Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar
Medalha Comemorativa das Campanhas da Guiné com a legenda “1963-64-65”
Medalha Comemorativa das Campanhas de Angola com a legenda “1967-68-69”
Medalha Comemorativa das Campanhas de Angola com a legenda “1970-71-72”
Medalha de Cobre de Assiduidade de Serviço no Ultramar
Medalha de Ouro de Serviços Distintos de Segurança Pública
Grã-Estrela da Ordem de Mérito Militar da República Socialista Federativa da Jugoslávia
Grande Oficial da Ordem de Mérito da República Federal da Alemanha
Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco da República Federativa do Brasil
Grande Oficial da Ordem de Mérito da República Italiana
Grande Oficial da Ordem de Phoenix da República da Grécia
Louvado 24 vezes das quais sete em Ordem do Exército e três em Diário da República

da razão a quem, por ignorância ou estultícia, pretendia alterar o posicionamento da Guarda que, sem sujeição a interesses de qualquer natureza, pautava a sua atuação pelo cumprimento da Lei, imperativos da missão e princípios de ética militar. A par do rigor posto na obtenção e manutenção de elevado grau de disciplina, foi sempre saliente o seu humanismo e a exortação ao efetivo, a que com carinho e orgulho chamava HOMENS DA GUARDA, para o respeito e cumprimento sem quebras ou desvios das normas de conduta do militar da Guarda, lembrando-lhes de quanto se deviam orgulhar por tal comportamento, em época tão conturbada, ainda que, por isso, não houvessem manifestações do merecido reconhecimento.

O General Passos de Esmeriz, possuidor do dom de escrita e excelentes dotes de orador, escrevia sempre a palavra GUARDA em letras maiúsculas. Perdeu o Exército um dos mais distintos Oficiais e o país um cidadão exemplar, honrando-se a Guarda por o tê-lo tido como Comandante-Geral.

Às pessoas que nos relataram, na primeira pessoa, alguns episódios vividos, e marcantes, com o “General Asa Negra”, solicitámos que elegessem os principais atributos que caracterizaram o General Passos de Esmeriz enquanto Comandante-Geral da Guarda.

A Senhora Dona Maria Esmeriz, esposa do General Passos de Esmeriz, caracterizou-o pela retidão, determinação e elevado conhecimento. Por sua vez, o Coronel Salgueiro da Silva preferiu realçar o dom da escrita, a capacidade oratória e o reconhecimento do mérito dos seus subordinados.

O Sargento-Chefe Manuel Ribeiro preferiu qualificar o “General Asa Negra” como rigoroso, motivador e, embora muito disciplinador, sensível aos problemas dos militares. O Cabo Edmundo Rocha, condutor do General “Asa Negra”, durante sete anos, referiu que dos oito Comandantes-Gerais de que foi condutor, o este foi o que mais o marcou, descrevendo-o como um Oficial “*aprumado, limpo e asseado*” e “*que serviu e não se serviu da Guarda*”.



Figura n.º 6: O General Passos de Esmeriz, na cerimónia do dia da Guarda, a 3 de maio de 1981, no Quartel do Carmo, condecora a título póstumo um militar da GNR, num ato de grande emotividade e simbolismo. Recebeu a condecoração a viúva, que se fez acompanhar dos seus dois filhos (Andrade, 2011, p. 173).

### c. Relatos e estórias do “Asa Negra”

#### (1) Civis - Senhora Dona Maria Manuela Esmeriz (esposa do General Passos de Esmeriz)

A Senhora Dona Maria Manuela Esmeriz refere que a vincada personalidade do marido era bastante considerada no espetro político. Lembra que o Comandante-Geral da Guarda dirigia-se, semanalmente, ao Ministério da Administração Interna para despacho e que, pelo impacto que gerava, não deixava ninguém indiferente a esse facto, existindo entre os funcionários a expressão “*atenção que hoje é dia de General Passos de Esmeriz*”.

## PELA LEI E PELA GREI

### **(2) Oficiais - Coronel Salgueiro da Silva** (Comandante do Destacamento Territorial de Ponte de Sôr em 1976)

O Coronel da GNR Salgueiro da Silva descreve que, em 1976, quando era Tenente e Comandante do Destacamento Territorial da Ponte Sôr, recebeu um ofício da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Ponte de Sôr nomeando-o para presidir, no largo do Município, a um sorteio levado a efeito pela referida comissão. Ora, além de tal ato poder encobrir um comício político-partidário e colocar a GNR em posição melindrosa, como se fosse uma Polícia Municipal, à luz da legislação em vigor, tal comissão não possuía competência para tal nomeação, pelo que o Tenente Salgueiro da Silva enviou uma resposta referindo que não poderia ser nomeado, transcrevendo alguns artigos do Decreto Orgânico da Guarda.

O presidente da Comissão Administrativa enviou uma nova missiva referindo que o Tenente Salgueiro da Silva não queria colaborar com o povo, chamando-lhe, inclusivamente, “fascista”, ameaçando que iria remeter um exemplar para cada escalão de Comando, até ao Comando-Geral em Lisboa.

Passados alguns dias, quando estava em reunião com os Comandantes de Posto, o Tenente Salgueiro da Silva recebeu uma chamada telefónica do Comando-Geral, referindo: “*vai falar o nosso General*” e, de seguida, ouviu uma voz: “*Fala o Comandante*”, que disse que tinha na sua posse um exemplar da missiva enviada pela Comissão Administrativa e queria saber o que se passava. Após o Tenente Salgueiro da Silva explicar a situação, o General Passos de Esmeriz respondeu literalmente: “*Olhe, mande o homem à m... não, não faça nada que eu trato do assunto*”, pois o Comandante-Geral decidia e atuava rápido, apoiando os seus subordinados quando estes, na sua ótica, atuavam bem. Na verdade, o Tenente Salgueiro da Silva, ainda hoje, desconhece qual foi a atuação do General Passos de Esmeriz, certo

que, em resultado disso, o presidente da Comissão Administrativa nunca mais lhe dirigiu a palavra.

### **(3) Sargentos – Sargento-Chefe Manuel Ribeiro** (Formando do Curso de Cabos e Sargento Instrutor no Curso de Formação de Guardas)

O Sargento-Chefe da GNR Manuel Ribeiro refere que, durante mais de 30 anos de serviço ativo na Guarda, o General Passos de Esmeriz foi o Comandante-Geral que mais o marcou. Em 1976, no Centro de Instrução da Ajuda, quando terminou o Curso de Cabos e ao receber o Certificado de Curso, recorda-se que, de forma surpreendente, o General Passos de Esmeriz deu-lhe um abraço e disse-lhe: “*Para o ano quero-te cá no Curso de Sargentos*”. Afirma que essas palavras encorajadoras o marcaram e foram decisivas para, no ano seguinte, ingressar no Curso de Sargentos. Em 1980, em Portalegre e já como Sargento, Manuel Ribeiro relata que o General foi assistir a uma aula que estava a ministrar aos Alistados. Quando o Comandante-Geral entrou na sala, Manuel Ribeiro teve que se apresentar com todo o rigor, caso contrário sabia que repetiria a apresentação quantas vezes fosse necessário, o General perguntou-lhe: “*o que é que estás a dar?*”, respondendo: “*Manutenção da Ordem Pública, meu General*”. Foi o Comandante-Geral que ministrou o resto da aula sobre ordem pública, para encanto dos alistados, pois o discurso era revelador de profundo conhecimento, encorajador e entusiasmante, ao ponto do Ajudante de Campo ter que intervir, apontando-lhe para o relógio, pois a hora já ia muito adiantada.

### **(4) Praças – Cabo Edmundo Rocha** (condutor do General Passos de Esmeriz enquanto Comandante-Geral)

Em data que não pode precisar, mas durante o período do Primeiro-Ministro Sá Carneiro, em que decorria a Reforma Agrária, um grupo de pessoas,

motivado por ideologias políticas, tencionava queimar a Herdade da Lobata, em Serpa. O Dr. Sá Carneiro determinou que a Herdade fosse dividida e entregue àqueles que nela trabalhavam. Prevendo-se uma entrega bastante complicada, o Governador Civil de Beja ligou ao General Passos de Esmeriz solicitando-lhe cinquenta militares para manter a ordem, ao que o Comandante-Geral respondeu: *“não vão cinquenta, mas levo quatrocentos Guardas e em serviço de gratificado”*. Edmundo Rocha relembra que efetuou a viagem, de Lisboa a Beja, com o General Passos de Esmeriz, no avião de Sá Carneiro, deslocando-se de seguida com a Força para a Herdade da Lobata, rematando que na entrega das terras *“nem uma mosca lá apareceu”*.

#### d. As suas marcas na Guarda

A extraordinária passagem do General Passos de Esmeriz pela Guarda, como Comandante-Geral, ainda hoje é uma referência na vivência interna das Unidades da Guarda.

Na Porta de Armas do atual Comando Territorial de Évora, antigo Batalhão e Brigada Territorial n.º 3, existe uma placa de homenagem ao General Passos de Esmeriz.

Na Escola da Guarda, em Queluz, o auditório principal deste estabelecimento de ensino tem a designação, desde 2007, de “Auditório General Passos de Esmeriz”.

No Comando Territorial do Porto realiza-se anualmente o troféu “General Passos de Esmeriz”, evento constituído por cinco provas (tiro, voleibol, futsal, ténis de mesa e corta-mato).

Quando o General Passos de Esmeriz iniciou o comando da Guarda, em 1975, a mesma tinha um efetivo de 7.000 militares, e em 1982, quando cessou as suas funções, deixou a Instituição com 14.000 HOMENS DA GUARDA.

Foi no período de comando do General Passos de Esmeriz que foram instalados meios rádio nas viaturas e Quartéis da Guarda, sendo que a atual

rede de comunicações muito deve à sua orientação.



Figura n.º 6: Placa existente na Porta de Armas do Comando Territorial em Évora.

#### e. O cognome “Asa Negra”

Todos o conheciam por “Asa Negra”. Contudo, a origem do cognome não assume uma consensualidade.

Para o Tenente-Coronel Nuno Andrade, Diretor do Arquivo Histórico da Guarda, o cognome “Asa Negra” estava relacionado com o facto de rondar bastante o dispositivo e, ao “pairar”, criava um “estado de sítio”.

Por sua vez, o Coronel Salgueiro da Silva associa o “Asa Negra” ao indicativo rádio do Comandante-Geral - “Águia”, bem como às suas características físicas - pele morena e alta estatura - e perfil dominador.

Para o Cabo Edmundo Rocha, “Asa Negra” está ligado ao facto do indicativo rádio do Comandante-Geral ser “Águia”, animal possuidor de grandes asas negras, e tem a sua origem na “Feira do



Figura n.º 7: Placa existente na Porta do Auditório da Escola da Guarda.

Cavalo” da Golegã a 11 de novembro de 1976, altura em que apenas a Brigada de Trânsito dispunha de meios rádio. Ao chegar ao local, o General Passos de Esmeriz apontou algumas incorreções à postura e ao dispositivo da Brigada de Trânsito e, como o Major responsável pelo dispositivo andava de Helicóptero, o General preferiu também verificar as operações através do ar, sendo que nestas ocasiões comunicava apenas ao Operador de Transmissões situado no Comando da Brigada de Trânsito nas Janelas Verdes: “Águia está no ar”. Neste sentido, para alertar os militares, sem o General se aperceber, o Operador de Transmissões informava o dispositivo “O Asa Negra está no ar”, sendo este um código para os militares saberem que estavam a ser observados pelo Comandante-Geral.

### Considerações Finais

O General Passos de Esmeriz exerceu as funções de Comandante-Geral da Guarda, de 27 de outubro de 1975 a 26 de agosto de 1982. Com uma distinta carreira militar, ao serviço do Exército e do País, tanto em tempo de paz como em campanha, salientou-se pelos excecionais dotes de Comandante, alto sentido do dever, retidão e total entrega à missão.

O reconhecimento das suas qualidades conduziram à sua nomeação para Comandante-Geral da

Guarda, em época de constante perturbação social ameaçadora da segurança interna, o que produziu inevitáveis reflexos nas capacidades e missão deste Corpo.

A sua notável ação de comando permitiu, através de criteriosa ação, também marcada por vincada personalidade, cultura e inteligência superiores, que à Guarda fosse devolvido o respeito pelo seu valor, altas virtudes e capacidades de servir com abnegação e préstimo o País e o interesse público nacional, demonstrando que, contrariamente ao que muitos julgavam e outros desejavam, a Guarda não estava destruída, nem desmoralizada, nem perdera a sua capacidade para cumprir a missão. De todo o efetivo verificou-se total empenhamento que, com inegável força de vontade e ânimo, teve o mérito de alterar a face do país em situações de extrema complexidade e dificuldade.

Citando o falecido Coronel Sequeira da Silva, no Tributo ao General Passos de Esmeriz, *in* Revista da Guarda *Pela Lei e Pela Grei*, abril-junho de 2004, “A história de uma Instituição é feita pelos elementos que a integram. Alguns, pelas circunstâncias do tempo e pela sua personalidade tornaram-se figuras incontornáveis da identidade histórica da Instituição. O General Passos de Esmeriz, foi um desses homens, sendo uma referência e um exemplo para os Oficiais no presente e no futuro”.

### Bibliografia

- Andrade, N, 2007. *Para Além do Portão: A GNR e o Carmo na Revolução de Abril*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, S.A.
- Andrade, N, 2011. *100 Anos: Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, S.A.
- Cerezales, DP, 2011. *Portugal à Coronhada: Protesto popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Edições Tinta da China.
- Melo, AMP, 2006. Troféu “General Passos de Esmeriz”. Revista “Pela Lei e Pela Grei” da Guarda Nacional Republicana, n.º 71 – julho-setembro, pág. 67.
- Ramos, R *et al.*, 2009. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros – 8.º Volume.
- Ramos, R *et al.*, 2009. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros – 9.º Volume.
- Santos, A, 1999. *O Estado e a Ordem Pública: As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Silva, OJS, 2004. Tributo ao General Passos de Esmeriz. Revista “Pela Lei e Pela Grei” da Guarda Nacional Republicana, n.º 62 – abril-junho, pág. 64.

## Tecnologia a dobrar!

Na compra do Smartphone Star, leve **GRÁTIS** o telemóvel Samsung desbloqueado...

### SmartPhone Star



PROMOÇÃO EXCLUSIVA  
EURODESCONTOS

**DUAL SIM**  
**DESBLOQUEADO**

Livre para todas  
as redes

• Ecrã: 3.5" (320 x 480) IPS; • CPU: Dual Core 1.2GHz; • RAM: 512MB; • Armazenamento: 4GB; • Câmara frontal + traseira; • Android 4.4; • GPS; • WiFi; • Bluetooth; • Auscultadores

### Telemóvel Samsung

• Desbloqueado; • Ecrã a Cores; • Alta Voz; • Rádio FM; • Modo Vibração; • SMS; • Elevada Autonomia; • Tecla Multifunções; • Teclado Anti-pó; • Tons de Toque MP3; • Visualização Confortável; • Ligação para Auscultadores

**DESBLOQUEADO**

Ligue Já:



☎ **226 164 353**

☎ **962 257 715**

✉ **geral@eurodescontos.pt**

Todos os dias, incluindo Sábado e Domingo.

POR APENAS

**99** €

ou 5 x 19,80€/mês

- » Mais fino.
- » Mais leve.
- » Mais poderoso.
- » Mais autonomia.
- » Melhores fotografias.
- » Melhor em tudo!

**GRÁTIS**



Peça já o seu Super SmartPhone Star.  
Ligue já: **226 164 353** ou **962 257 715** ou **geral@eurodescontos.pt**

Promoção válida até 31/10/2015 e limitada ao stock existente. Entregamos pessoalmente o seu artigo, mediante marcação. PVP de 99€ com IVA incluído. Acresce despesas de envio/seguro no valor de 19€ e de 4€ em cada mensalidade através do pagamento por débito direto SEPA. Os dados são processados automaticamente e destinam-se à entrega do seu pedido. Dispõe de catorze dias corridos para devolver o artigo. Imagens não contratuais. Acresce comissão de abertura de dossier de compra e venda a prestações no valor de 10€.



# Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE)





# Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE)

O Grupo de Intervenção de Operações Especiais, comumente abreviado de GIOE, é uma das forças militares portuguesas de Operações Especiais, parte integrante da Guarda Nacional Republicana, que constitui a unidade de resposta, para a gestão e atuação em situações complexas e de emergência e, que requerem o compromisso de homens especialmente treinados e equipados, com técnicas, táticas e meios especiais de intervenção, para realizar ações contra terroristas e resgates de reféns em Portugal ou onde o Governo Português entenda por necessário.

Ao longo da história e, sobretudo, após a consciência política da necessidade de forças com capacidade para reprimir as ameaças internas dos seus concidadãos, os políticos no século XIX criaram instituições de caráter policial, como o foram as antecessoras da GNR – Guarda Real da Polícia e Guarda Municipal de Lisboa e Porto, que se foram seguindo, mantendo a sua natureza militar, estrutura, missões e quadro de tropas.

Com efeito, a sustentabilidade da existência da GNR no início da sua história advinha essencialmente das ameaças à segurança surgidas no interior do território nacional, que exigiam respostas de capacidade policial e as que exigiam ser combatidas com capacidades militares. Tornou-se necessária numa linha de pensamento essencialmente mediterrânea, que a intensidade da violência das ameaças do início do século passado, ia aumentando progressivamente, ultrapassando a partir de certo nível, a possibilidade de serem enfrentadas como o mero exercício policial, perdendo a eficácia necessária. Assim teriam de ser combatidas por forças militares, embora com armamento mais ligeiro, que permitia evitar o emprego frequente das Forças Armadas no território nacional, em situação de paz, para o qual não estão preparadas nem seria aconselhável.

No nosso país, ao longo do século XX, até à concentração urbana ocorrida a partir dos anos 70, estas ameaças apareciam mais nos meios rurais, embora pudessem esporadicamente, surgir nas poucas grandes cidades. Isto originou um dispositivo da GNR deslocado para o interior, com algumas unidades de reserva nos principais centros urbanos, com a principal finalidade de reforçar os postos rurais. A localização de efetivos em algumas das grandes cidades também pretendia responder a eventuais ações violentas, essencialmente de contestação política, encontrando-se a polícia, como força civil, responsável pela manutenção da lei e da ordem, quando perturbada por ameaças de menor intensidade de violência, o que era a situação normal nos meios urbanos.

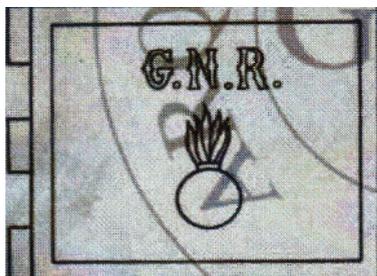
Na primeira metade do século passado, eram vários os grupos criminosos que assolavam os caminhos isolados do território, as rotas de abastecimento bem como as principais linhas de comunicação ferroviárias e telegráficas, a coberto das vastas zonas rurais e locais de difícil acesso, onde a GNR tinha uma missão de segurança de capital importância, para repor a legalidade pública e permitir o livre trânsito de pessoas e mercadorias pelo TN.

Para a execução das missões mais exigentes e de apoio ao dispositivo territorial, a GNR dispunha até 1944 da Secção de Metralhadoras Pesadas, prosequidora do Batalhão de Metralhadoras Pesadas de 1917, com capacidade de mobilidade auto ou montada, o que seria de capital importância e fruto do grande investimento público na segurança interna.

Fruto da remodelação da GNR ocorrida em 1944, através do Decreto-Lei n.º 33.905, de 02SET1944, onde são reorganizados os seus serviços, a GNR passou a dispor, além dos cinco Batalhões que constituem com as suas subunidades a malha de intervenção territorial do território nacional, de uma **Companhia de Engenhos**, que é formalmente criada em 01OUT1944 que constitui uma reserva do Comandante-Geral, subordinada hierarquicamente do Comando-Geral, como Companhia independente, para missões de apoio e de elevado risco.

Destacam-se das características desta companhia, uma instrução especial, com destaque para a educação física, instrução de armas portáteis, ligeiras, médias e pesadas, instrução de tática de combate, com exercícios de marcha, tomada de posições com armas ligeiras e médias, manejo de fogos, deslocamentos e instrução de tiro de guerra. A Companhia de Engenhos, comandada por um oficial Capitão, tinha como efetivo 3 oficiais, 1 primeiro-sargento, 3 segundos-sargentos, 10 primeiros-cabos, 8 segundos cabos e 67 soldados, num total de 92 militares.

O primeiro comandante da Companhia de Engenhos foi o Sr. Capitão de Infantaria Manuel José da Rosa Mendes, nomeado pela Ordem do Comando-Geral



Guia da Subunidade: fundo verde, tendo inscrito a amarelo dourado, semelhante às companhias de infantaria a firma da G.N.R. e o emblema da C.E

n.º 21, de 15NOV1944, juntamente com os dois oficiais subalternos: Sr. Tenente Miliciano de Infantaria Manuel Joaquim Macieira e Sr. Alferes de Infantaria Orlando da Conceição Miranda Cardoso. Era uma unidade de infantaria, essencialmente motorizada, que possuía à época 14 veículos automóveis, que era uma verdadeira inovação em termos de meios, já que era inclusivamente a única unidade da GNR a possuir veículos todo-o-terreno ligeiros, para permitir mobilidade por todo o TN. Como missões, esta companhia detinha entre outras: Guarda das instalações da residência do Presidente da República; A escolta e guarda de altas individualidades de estados estrangeiros, bem como os meios que os acompanhavam, nomeadamente os meios aéreos; O policiamento da Serra de Monsanto – Lisboa, que à data era considerado um local perigoso onde deambulavam grupos criminosos, necessitando de apurada vigilância; Realização de mandados de captura e detenções de suspeitos perigosos, que se encontravam foragidos à justiça; Localização e captura de evadidos da prisão; Escolta a cofres do tesouro e barras de ouro; Escolta a presos e carros celulares; Serviço especial de controle e segurança, junto do secretariado nacional de informação e reuniões secretas.

A partir de 1948, a Companhia de Engenhos passa a ser responsável pelo serviço de polícia militar das instalações militares da Base Aérea n.º 4, nas Lajes – Açores e no Aeroporto de Santa Maria – Açores (OG n.º 9, 15MAI1948 e OG n.º 14, de 31JUL1948), com instalação de um Destacamento e Posto, respetivamente, sob o comando do Sr. Tenente de Infantaria Mário Cândido de Sanches Vaz, conforme despacho da Secretaria Geral

do Ministério do Interior, nos diários do governo n.º 105, 2.ª série, de 07MAI1948 e n.º 107, 2.ª série, de 10MAI1948.

Com a concentração urbana a partir da década de 70, a criminalidade mais violenta foi migrando para as cidades, até porque o interior se foi despoando. Com a globalização, aumenta exponencialmente a imigração, proliferam as organizações do crime e surge o terrorismo.

O Batalhão n.º 1, que até à data era um Batalhão misto, com uma companhia rural (C.ª de Santarém) e três companhias urbanas, responsáveis pela segurança de instalações e serviço honorífico, perde a componente rural com a transferência da Companhia de Santarém para a Brigada n.º 2 e transforma-se em unidade de reserva do Comando da GNR e absorve as competências da Companhia de Engenhos, levando à sua extinção.

Em 1972, o mundo assiste ao Massacre de Munique, também conhecido como Tragédia de Munique que teve lugar durante os Jogos Olímpicos de Verão, quando a 5 de setembro, onze membros da equipa olímpica de Israel foram tomados de reféns pelo grupo terrorista palestino denominado Setembro Negro.

Como se viria a constatar posteriormente, as forças policiais alemãs estavam muito mal preparadas e a tentativa de libertação dos reféns levou à morte de todos os atletas, além de cinco terroristas e um agente da polícia alemã.

Cerca de um mês mais tarde, em 29 de outubro de 1972, um avião da companhia aérea alemã – “Lufthansa”, foi sequestrado por outro comando terrorista que exigiu a libertação dos três terroristas entretanto detidos, levando as autoridades alemãs a ceder ao pedido e a libertá-los.

A comunicação social acompanhou estes pormenores, causando um forte abalo na imagem da Alemanha Federal no exterior. Estes acontecimentos lançaram a discussão na necessidade de fundar unidades policiais contraterroristas, para fazer face a este tipo de criminalidade –

“terrorismo catastrófico”, levando a que praticamente todos os estados europeus iniciassem processos de criação de unidades especificamente preparadas para enfrentarem a ameaça terrorista.

Em grande parte dos países da Europa do sul e alguns da Europa central, a escolha recaiu em unidades de polícia, com natureza militar, como foi o caso do GSG-9 (da Guarda de Fronteiras da Alemanha); do GIGN, da Gendarmerie National de França; o GIS, dos Carabinieri de Itália, etc.

### **36 anos, o nascimento das Operações Especiais na GNR**

Em Portugal, a decisão de criar uma unidade de resposta especializada a situações de alta violência, considerando-se como tal os atentados que envolvem raptos, tomada de reféns, pirataria aérea e ações de terrorismo, dentro da Guarda Nacional Republicana, foi tomada em 24 de outubro de 1978.

É o resultado de um processo de reflexão que se seguiu aos acontecimentos ocorridos em Munique, mas que teve maior reflexo e avanço em 19 de setembro de 1977, quando no Estabelecimento Prisional de Custóias cerca de 10 presos se amotinaram e dominaram, pela ameaça das armas, cerca de duas dezenas de funcionários – entre os quais o Diretor da prisão, tentando a fuga, utilizando os reféns como escudos.

As forças da Guarda enviadas para o local não tiveram de intervir, mas caso houvesse necessidade, não estavam preparadas para aquele cenário de violência e perigo. O relatório da operação redigido pelo Oficial que comandou as Forças da Guarda durante o incidente, refere que *“Em tais circunstâncias só pessoal altamente preparado e especializado dotado de meios apropriados, poderia executar com aceitáveis probabilidades de sucesso, qualquer ação”*.

Com base nos acontecimentos de Custóias, o General Comandante-Geral da GNR – General



## PELA LEI E PELA GREI

Passos de Esmeriz – deu ordens ao Comandante do Batalhão n.º 1 – Tenente-Coronel Dias Pinto – para instruir um grupo de militares para intervir em casos específicos de atividades criminosas de “alta violência” – tais como raptos, tomada de reféns, ações terroristas ou outras situações semelhantes, em que se torne necessário o recurso a pessoal especializado e treinado de modo a assegurar o cumprimento da missão.

Com base nessas instruções, em novembro de 1978 é formado o **Grupo Especial de Intervenção (GEI)**. Este novo órgão fica aquartelado no Comando do Batalhão n.º 1, em Santa Bárbara, ficando na sua dependência para fins operacionais e de instrução. O início da sua atividade data de 20 de novembro de 1978 com a transferência de 20 militares (das quatro companhias constituintes do Batalhão n.º 1), para a Companhia de Comando, para que se desse início a um período de “instrução intensiva”.

O GEI tinha como previsão um quadro orgânico de 43 militares, selecionados por oferecimento, com

preferência a militares oriundos de tropas especiais das Forças Armadas, que demonstrassem capacidades físicas, intelectuais e psicotécnicas.

O período inicial de instrução intensiva, subdividia-se em três fases: preparação básica, preparação avançada e preparação especializada. O seu principal objetivo era formar os seus operacionais e torná-los fisicamente desembaraçados e psicologicamente preparados, com alta agressividade controlada, com elevada capacidade de decisão, tecnicamente muito aperfeiçoados na utilização de armas e outros equipamentos e aptos para desenvolverem ações de combate com características especiais.

As matérias ministradas eram essencialmente: técnica individual de combate, técnica de combate em equipa, preparação física e desportos, natação militar, salvamento, mergulho, artes marciais, boxe, ginástica de aplicação militar, tiro, engenhos explosivos, conhecimento e técnicas de atuação da



elevada violência, topografia, transmissões, apoio sanitário e primeiros socorros, ordem unida e educação cívica e militar.

De acordo com a informação vertida no Relatório do Batalhão N.º 1/GNR de 07JUL80, referente à Missão e Operacionalidade do Grupo Especial de Intervenção refere que “[...] *dos 43 Praças que iniciaram a instrução em 1979 apenas 29 se mantêm no Grupo, e durante o período em decorreu a instrução o grupo foi empenhado em missões dentro do carácter de normalidade.*”

O mesmo relatório propõe como missão explícita do Grupo: *intervir decididamente com objetivo de proteger vidas e bens durante confrontos com criminosos armados, fortificados ou barricados desde que se tenha esgotado todas as possibilidades de restabelecer a ordem pacificamente por meio de negociação.* Para a obtenção da operacionalidade adequada propõe a aquisição de armamento, equipamento e fardamento especial, e a ida de uma delegação ao Grupo de Intervenção da Gendarmerie Francesa de modo a obter conhecimento que permita melhorar as capacidades do Grupo.

No entanto estas propostas tiveram limitações de ordem orçamental e política, até porque é por essa altura que a PSP faz a sua proposta de criação do seu Grupo de Operações Especiais (Decreto Lei 506/79, de 24 dezembro), e iniciando a sua formação. Tal desiderato, juntamente com um Despacho do então Ministro da Administração Interna, levou a que o Exmo. General Comandante-Geral proferisse o seguinte despacho:

*“..., me levou a determinar que o Batalhão N.º 1/GNR preparasse um grupo de militares seus para missões exigindo uma melhor preparação, no quadro geral das situações de grave atentado contra a ordem pública com de processos característicos da criminalidade violenta. ...”* (3.ª Repartição Comando-Geral/GNR, 18JUL80).

Em outubro de 1982, quando a 4.ª Companhia foi constituída como Companhia Operacional o Grupo Especial de Intervenção deixa de estar na

dependência da Companhia de Comando passa a estar dependente desta, no Quartel de Santa Bárbara – Lisboa. A condução da instrução e organização do GEI, esteve a cargo do seu primeiro comandante – Tenente João Nunes de Figueiredo. (NEP do Batalhão n.º 1, de 15ABR1981):

Em 1983, sob o comando do Tenente Adriano Costa da Cunha, o GEI iniciou a formação no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), do Exército Português. As razões prendiam-se com as necessidades de formação, alicerçadas na forma de atuar no valor anímico, na inteligência, no espírito de sacrifício, na energia e tenacidade, numa vontade forte e constante, na rusticidade e resistência física e na sobriedade e discrição, que só o CIOE em Portugal conseguiria transmitir, pautando-se por elevados padrões de conduta, de camaradagem, de coesão, de espírito de corpo e de sentido de entreajuda.

Com esta qualificação em “Operações Especiais” e após a formação com aproveitamento de 3 Cabos e 29 Soldados, o GEI passou em 21 de abril de 1983 a designar-se **Pelotão de Operações Especiais** (POE), na dependência da 4.ª Companhia (Companhia Operacional) do Batalhão n.º 1/GNR. Com o Decreto-Lei 231/93, de 26 de junho, a Guarda foi reorganizada, passando o Batalhão n.º 1 a designar-se de Regimento de Infantaria, provocando uma reorganização interna das subunidades. Em 07 de março de 1993, é criado o Batalhão Operacional em substituição da Companhia Operacional, estrutura da qual o POE passa depender como pelotão independente.

O POE articula-se em:

- Comandante (Oficial Subalterno);
- Adjunto (Sargento);
- Seis Equipas compostas por um cabo mais quatro soldados.

Em 30 de abril de 2003, o Pelotão de Operações Especiais passa a designar-se **Companhia de Operações Especiais** (COE) – organizado através da NEP/GNR – 3.48, de 17FEV2003, cuja missão

## PELA LEI E PELA GREI

é garantir o combate às situações de violência declarada, cuja resolução ultrapasse os meios normais de atuação.

Constituindo-se como Companhia, articula-se por Comando, por seção de comando e Pelotões de Operações Especiais.

Com a Lei 63/2007 de 6 de novembro, a Guarda sofreu uma forte reorganização. É extinto o Regimento de Infantaria e criada a Unidade de Intervenção, especialmente vocacionada, entre outras missões, para a resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco.

É também nessa altura que se decide dimensionar as “Operações Especiais” da Guarda para um novo patamar de resposta aos desafios do futuro. Assim, é criado **Grupo de Intervenção de Operações Especiais** (Portaria 1450/2008, 16DEC), que aumenta a sua dimensão para duas Companhias de Operações Especiais e uma Secção de Comando.

### TESTAR OS SEUS LIMITES

Os militares de Operações Especiais da GNR têm primeiro de se conhecer bem a si próprios, e testarem os seus limites, antes de vencerem os desafios das missões que lhes são entregues.

Trabalho dado tem de ser trabalho cumprido e estes militares têm de estar preparados para tudo, pois constituem o último nível de intervenção, ou seja, quando todas as respostas possíveis e disponíveis capitularem, cabe a estes militares ser a última razão de atuação, pois está em jogo o princípio basilar e mais precioso das sociedades democráticas – a vida humana.

Não se é das Operações Especiais porque se quer, tem de se conquistar esse direito. A camaradagem é levada ao extremo, já que a confiança no trabalho e nas capacidades do camarada, poderá ser a chave para lhe ser confiada a vida numa situação de elevado perigo.

Nesse desiderato, os militares de Operações

Especiais devem conhecer-se a si próprios para ganhar a autoconfiança que lhes permita numa missão, identificar situações idênticas que já viveu e que não se vai desviar da tarefa a cumprir. A título de exemplo, observe-se a importância da capacidade de decisão, quando o militar se lança à água do alto de uma ponte numa noite escura, ou a capacidade de sobreviver apenas com os recursos da natureza, nadar, correr, marchar durante 24 horas consecutivas, se for o caso e cumprir a sua missão.

As paixões e as emoções tem de ser controladas, para que não afetem o seu desempenho, pois o nível de risco e a dureza das suas missões o exigem.

O nível de preparação técnica e tática, tem permitido elevado desempenho nos teatros de operações onde os efetivos do GIOE têm participado: Afeganistão, Iraque, Timor-Leste. Com várias missões de elevado risco onde foram utilizados, onde se destaca a tentativa de homicídio do Presidente Timorense – Dr. Ramos Horta, cuja rápida resposta da GNR permitiu o seu resgate e salvamento, ou, o salvamento de Soldados Italianos em Nassíria – Iraque, que estavam encurralados e sob intenso ataque de fogo, os militares de Operações Especiais da GNR, com enorme altruísmo e espírito de sacrifício, lançaram-se no seu resgate, sem qualquer apoio de fogo, a várias dezenas de quilómetros da sua base.

### A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Eram antigas as pretensões desta subunidade em poder lançar no terreno elementos capazes de recolher informação esclarecedora aquando da ocorrência de fenómenos criminais ou graves alterações à ordem pública nacional, pelo que nas diversas propostas de organização sempre esteve presente a necessidade de se criar um órgão de informações/investigação.

Essa necessidade saiu reforçada nos ensinamentos recolhidos durante os dois anos e meio em que as Operações Especiais estiveram envolvidas

no combate ao fenómeno criminal que sagrava em Portugal do ataque às caixas multibanco e roubos de veículos (*carjacking's*).

Apesar dos presumíveis autores destes crimes estarem devidamente identificados, surgia a dificuldade em estabelecer um vínculo entre os crimes praticados e os suspeitos, pois eram perpetrados com extrema minúcia e organização, resultando numa infrutífera recolha de vestígios criminais expectáveis de conduzirem à identificação positiva dos mesmos.

Esta preocupação era, também, sentida pelo Exmo. Procurador-Geral da República o qual, pelo seu Provimento N.º 12/08, veio criar unidades especiais para combater a criminalidade especialmente violenta, a funcionar nos DIAP's Distritais (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora), sendo as mesmas dirigidas por Magistrados do Ministério Público especialmente vocacionados para essa investigação e que contam com a colaboração de efetivos da PJ, GNR e PSP.

Partindo dos pressupostos acima mencionados, e dadas as dificuldades operacionais mencionadas, tornou-se essencial enveredar por uma modalidade de atuação que se traduzisse numa detenção dos autores em flagrante delito, possibilitando a identificação dos mesmos e suscitando a possibilidade de uma correlação com factos anteriores.

Face à complexidade desta criminalidade, o Comando da Guarda entendeu que era crítico a formulação de um novo modelo de atuação, revelando-se imprescindível conciliar, e entrosar, um conjunto de valências – investigação, análise, e intervenção tácita musculada.

Urgia, ainda, conceber uma estrutura de informações permanente capaz de recolher, processar, analisar e preparar ações de intervenção no terreno que, apoiadas por militares da Companhia de Operações Especiais (COE), poderiam obter êxito na detenção desse grupo organizado.

As experiências sequentes demonstraram que o eixo definido como orientação parecia estar correto



## PELA LEI E PELA GREI

e os vários sucessos falaram por si, com o comando operacional de órgãos de pesquisa de informação, meios técnicos e atuação musculada das operações especiais.

A concretização deste conceito operacional recaiu no GIOE/UI, concretizando-se num curto espaço de tempo várias operações de detenções em flagrante delito, suportadas num comando único de forças com especialidades diversas como, investigação criminal, análise de informação e intervenção tática. Os êxitos e estratégia utilizados pela Guarda viram suscitar forte respeito e admiração pelas mais altas estruturas do Ministério Público (MP), bem como por S. Exa. o Ministro da Administração Interna o qual, por seu despacho, veio determinar o investimento em capacidades no Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE) para que este prosseguisse a sua atividade investigatória no combate ao crime violento, apontando a estratégia policial da Guarda como um exemplo de referência a ser seguido.

Na atualidade, a “unidade de comando” em áreas fundamentais ao sucesso das investigações e das pesquisas, como investigação criminal, análise de informação, intervenção tática e organização administrativo-logística das necessidades, tornou-se um princípio absolutamente fundamental, com a constituição da Secção de Investigação Criminal (SIC-UI), através do Despacho n.º 18/14, de S. Exa. o General Comandante-Geral da GNR.

Constitui um modelo inovador, pois congrega um conjunto de sinergias assentes na confiança e prontidão de resposta, apoiado capacitado por meios, *Intell* e “*músculo*”, onde se obtém:

- Uma resposta única, célere e eficaz a fenómenos criminais graves que afetem seriamente o sentimento de segurança da população;
- Boa gestão do investimento para diversas áreas, obtendo-se uma poupança de recursos no sistema;
- Isolamento à interferência externa, beneficiando das capacidades únicas da Unidade de Intervenção.



Nesta resultante, o GIOE integrou a investigação de crimes complexos e graves, de índole essencialmente grupal, levando a cabo atividades de investigação criminal operativa e de análise de informação criminal, que tenham âmbito nacional ou que sejam transversais à zona de ação de vários distritos, ou que extravasem as normais capacidades das restantes unidades da GNR.

Também no âmbito das informações, o GIOE apoiando-se nas suas amplas capacidades e formação dos militares que o compõem, constitui-se como um prestimoso ator de pesquisa de notícias/informações para apoio do processo de decisão e de estudo de fenómenos criminais.

Com efeito, o GIOE, acompanhando a evolução da criminalidade, tem desenvolvido a capacidade de projetar forças em qualquer ponto do TN para desenvolver ações táticas encobertas, com capacidade de enfrentar ocorrências de elevado risco e em apoio à investigação criminal.

### **ORGANIZAÇÃO**

O **Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE)** é uma subunidade da Unidade de Intervenção, especialmente vocacionada para combater o terrorismo e intervir em situações que pela sua natureza, alto risco e complexidade, exijam conhecimentos técnicos e táticos especializados, nomeadamente a criminalidade violenta e grave.

Pela natureza militar deste corpo especial de tropas, o GIOE treina e desenvolve nos seus militares, capacidades inatas, fornecendo-lhes competências inerentes às suas funções em território nacional e no estrangeiro, quando inseridos em forças constituídas, podendo desempenhar as missões de Operações Especiais, segundo os requisitos das Forças Armadas Portuguesas, da OTAN e da União Europeia, pela ambivalência da sua formação.

Com efeito, todos militares do GIOE são inicialmente formados no Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), os designados "Ranger's" do

Exército Português, seguindo-se um longo percurso formativo orientado para as missões da GNR.

O GIOE situa-se no quartel de Santa Bárbara, Lisboa, e é comandado por um Tenente-Coronel e agrupados em cinco áreas fundamentais: intervenção tática, proteção e segurança, investigação criminal e pesquisa, apoio operacional e formação.

O seu quadro orgânico de referência tem-se vindo a ajustar às necessidades, sendo atualmente o necessário para dar resposta em qualquer ponto do território nacional, ou onde o Comando da Guarda ou o Governo Português julgue necessário, inclusive no estrangeiro.

O GIOE constitui uma organização criteriosa, de elevada prontidão e preparação técnica, apoiada numa estrutura, doutrina e procedimentos rigorosos e exigentes, que tem seguido um processo evolutivo e de consciente adaptação às novas realidades criminais, internas e externas, por forma a estar preparada a dar a resposta necessária quando solicitada. Áreas como os explosivos, atiradores de elite, emergência médica, negociadores são essenciais na sua atividade diária.

### **Missões do GIOE**

Em território nacional, o GIOE atua na área de responsabilidade da Guarda, que compreende 96% do território e 56% da população portuguesa, apoiando quando necessários as restantes Unidades da GNR dispersas pelo país, bem como aquelas que estão mais próximas junto dos órgãos de soberania. Neste pressuposto realçam-se as missões que a GNR desenvolve na segurança do Palácio de São Bento (parlamento e casa oficial do 1.º Ministro), Palácio de Belém (Presidência da República e casa oficial do Presidente da República), o Palácio das Necessidades (Ministério dos Negócios Estrangeiros), e no mar territorial sob influência de fiscalização da Unidade de Controlo Costeiro da GNR.

Ao nível da segurança de pessoas e de locais sensíveis, o GIOE tem apoiado o dispositivo

## PELA LEI E PELA GREI

territorial em eventos de massa, como é o caso das cerimónias religiosas de Fátima ou da segurança das instalações da seleção nacional, tanto com elementos em segurança próxima, como com equipas de atiradores especiais (*sniper's*) colocados em pontos dominantes.

Ainda ao nível da segurança, o GIOE destacou-se no estrangeiro, em Timor-Leste, quando teve a seu cargo a segurança pessoal do Presidente da República Timorense (após o atentado que sofreu em 2008) e da Procuradora-Geral de Timor.

Esta diferente panóplia de capacidades que suportam a complexa missão geral do GIOE, pode agrupar-se em atividades nucleares de intervenção, destacando-se as seguintes:

- Resposta a incidentes tático-policiais;
- Operações de contraterrorismo;
- Segurança estática com *snipers*;
- Segurança e proteção de pessoas;
- Apoio ao cumprimento de mandados de detenção;
- Apoio à Unidade de Controlo Costeiro em operações marítimas;
- Investigação da criminalidade especialmente violenta, grave, grupal ou itinerante;
- Comando, controlo e coordenação das atividades de negociação;
- Participação em missões internacionais.

### Recrutamento e Seleção

Para integrar o efetivo operacional da área das “Operações Especiais”, os candidatos podem ser oriundos de qualquer unidade do dispositivo da Guarda, sendo necessário concluir o Curso de Operações Especiais no Centro de Tropas de Operações Especiais, em Lamego e posteriormente o Curso de Contraterrorismo no GIOE. A taxa de aprovação é de aproximadamente 33% dos candidatos que iniciam a formação.

Os candidatos são sujeitos a um conjunto de provas, durante três dias (e noites), devendo preencher os seguintes requisitos:

- Ter uma altura preferencial, igual ou superior a

1,75 metros;

- Serem do sexo masculino;
- Aptidão nas provas físicas;
- Aptidão nas provas médicas;
- Aptidão nas provas de decisão;
- Não sofrerem de claustrofobia, hidrofobia ou acrofobia;
- Aptidão nas provas de tiro;
- Destreza, robustez física e aptidão na prova de combate corpo-a-corpo.

A formação completa para integrar as “Operações Especiais”, é de oito meses para Oficiais/ /Sargentos e seis meses para Guardas – constituída pelo Curso de Operações Especiais, Curso de Contraterrorismo e Curso de Segurança Pessoal a Altas Entidades.

Seguem-se especializações em áreas como o montanhismo, explosivos, tiro, *sniper*, etc.

Para integrar o efetivo operacional de investigação criminal, os candidatos são colocados por escolha, preferencialmente oriundos dos quadros de operações especiais ou de investigação criminal, sendo necessário concluir o Curso de Investigação Criminal na Guarda.

Os “Investigadores” têm uma formação de base constituída pelo Curso de Investigação Criminal da GNR, complementada por formação específica como o Curso de Análise de Informação Criminal, Curso de Negociação, Curso de Apoio Operativo, Curso de Informações, Curso de Humint, Curso de Condução Avançada, etc.

### Meios

O GIOE dispõe dos meios materiais, técnicos, tecnológicos, armamento e equipamento e dos recursos humanos tecnicamente habilitados com as necessárias competências para a execução de missões de operações especiais e investigação de crimes complexos e que se revestem de elevada perigosidade.

A proteção individual é uma preocupação permanente, onde é dado especial relevo a este tipo de

equipamento, tendo em conta que estes militares estão permanentemente sujeitos ao risco, quer em exercícios de treino, na maioria dos quais se recorre a munições reais, quer durante a atividade operacional.

É de extrema importância que os militares envolvidos em missões de elevada perigosidade e risco, se sintam seguros, principalmente ao nível da proteção balística, pois a utilização correta deste equipamento, poderá constituir a diferença entre a vida e a morte.

Outra tarefa que exige meios técnicos especiais, a fim de conferir o efeito surpresa e diminuir a capacidade de resposta do adversário na entrada em qualquer infraestrutura, são conferidas pela equipa aberturas, que recorrendo a meios

mecânicos, explosivos ou combinados, procuram garantir o acesso instantâneo à força destacada, independentemente da resistência oferecida.

Outra especialidade dotada de meios e equipamentos especiais são os *Sniper's*, a quem cabe o tiro especial de precisão a longa distância. Os *sniper's* têm carabinas de precisão distribuídas individualmente que estão ajustadas a cada atirador. Dependendo de cada situação, utilizam o armamento, as munições, o equipamento e fardamento adequado. Os fatos camuflados (fatos *ghillie*) são elaborados individualmente por cada militar *sniper*.

Ao nível do armamento, entre outras, o GIOE dispõe do seguinte:

ARMA	ORIGEM	CALIBRE	DESCRIÇÃO
Heckler&Koch (G36 KV)	 Alemanha	5,56mm	Espingarda-Automática
Heckler&Koch (G36 C1)	 Alemanha	5,56mm	Espingarda-Automática
Heckler&Koch (MG4)	 Alemanha	5,56mm	Metralhadora-Ligeira
FN MAG	 Bélgica	7,62mm	Metralhadora-Ligeira
Heckler&Koch (G3)	 Alemanha	7,62mm	Espingarda-Automática
STEYR (SSG 69)	 Áustria	.308	Carabina de Repetição (Sniper)
Heckler&Koch (MSG 90 A1)	 Alemanha	.308	Carabina de Repetição (Sniper)
B&T APR mod.308 Winchester	 Suíça	.308	Carabina de Repetição (Sniper)
Accuracy mod. AW50	 Inglaterra	.50	Carabina de Repetição (Sniper)
CZ Mod.5.11	 Rep.Checa	.22	Carabina de Repetição
Heckler&Koch (GMG)	 Alemanha	40mm	Lançador Granadas-Automático
Heckler&Koch (AG-36)	 Alemanha	40mm	Adaptador da HK G36 KV
Browning (M2 HB)	 Bélgica	12,7mm	Metralhadora Pesada
Glock 19 Compact	 Áustria	9mm	Pistola Individual
Walther P99	 Alemanha	9mm	Pistola Individual
Heckler&Koch (USP Compact)	 Alemanha	9mm	Pistola Individual
Heckler&Koch (MP5 A5)	 Alemanha	9mm	Pistola-metralhadora
Heckler&Koch (MP5 N)	 Alemanha	9mm	Pistola-metralhadora
Heckler&Koch (MP5 KA1)	 Alemanha	9mm	Pistola-metralhadora
Heckler&Koch (MP5 SD6)	 Alemanha	9mm	Pistola-metralhadora
Fabarm SDASS)	 Itália	12	Caçadeira
Benelli M4	 Itália	12	Caçadeira

## PELA LEI E PELA GREI

Dispõe de meios automóveis para as mais diversas missões - Posto de Comando Móvel, transporte de pessoal, transporte de equipamento, deslocamentos e seguimentos rápidos, vigilâncias, etc., de forma a fazer face às diversas missões que lhe são cometidas.

Ainda dispõe de meios marítimos, e respetivo equipamento e fardamento individual, para responder a incidentes em meio aquático, no cumprimento da missão da GNR no mar territorial da sua responsabilidade.

Ao nível do fardamento, o GIOE usa farda negra, para missões regulares em TN, e uniforme camuflado para missões encobertas ou no estrangeiro.



Boina usada pelos militares das Operações Especiais/GNR

### COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O GIOE integra atualmente várias estruturas de cooperação internacional na área das operações especiais policiais e mantém estreitas ligações com unidades congéneres, designadamente com a UEI da *Guardia Civil* ou o GIGN da *Gendarmerie National*, ao nível europeu, ou com os BOPE da Polícia Militar do Brasil, aos quais dá formação ou realiza treinos conjuntos.

Ainda neste domínio, tem tido uma participação ativa em diversos fóruns no âmbito da União Europeia, onde se destaca a Rede Europeia de Contraterrorismo - ATLAS, composta pelas elites mundiais de unidades de contraterrorismo.

A Rede ATLAS prossegue os objetivos de dotar cada unidade contraterrorista do mesmo e do mais elevado grau de profissionalismo possível, através

de uma cooperação mútua reforçada e de apoio. Todas as unidades deverão dispor das mesmas capacidades de forma a serem bem sucedidas na luta contra a criminalidade e o terrorismo, assim como a apoiarem-se mutuamente em situações de múltiplos incidentes.

Para a prossecução desses objetivos, o GIOE participa de grupos de trabalho e fóruns de especialidade, para além dos intercâmbios de experiências e competências táticas, com vista à partilha de conhecimentos e adequar a sua conduta à realidade dos acontecimentos e experiências adquiridas pelas suas congéneres.

Ao nível da formação, tem existido um reconhecimento alargado da qualidade e das capacidades do GIOE, traduzidas em ações de formação em Portugal e no estrangeiro. O GIOE tem obtido formações de intercâmbio no GIGN da *Gendarmerie National* de França, da UEI da *Guardia Civil*, da DSI da Holanda, no GOPE dos *Carabineros* do Chile, etc.

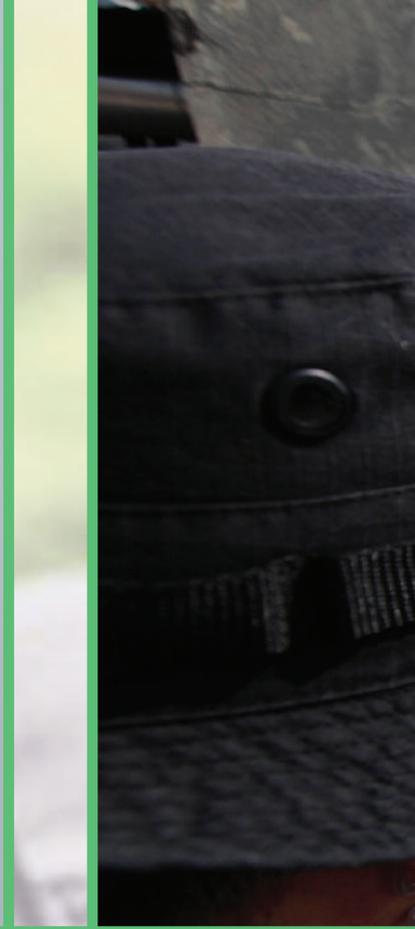
Colaborou na formação de quadros da polícia nacional do Afeganistão e nas Forças Policiais de Timor-Leste. Têm frequentado a formação em Portugal, no Curso de Contraterrorismo, elementos de forças policiais de vários países, onde se destacam militares do BOPE da Polícia Militar de vários estados do Brasil, da PNTL de Timor Leste, do GOPE dos *Carabineros* do Chile, etc.

### Conclusões

As sociedades modernas ocidentais encontram-se hoje, mais do que em outra altura da sua história, sob uma forte ameaça aos seus valores e pilares. O terrorismo e a criminalidade violenta tem vindo a espalhar-se na sociedade contemporânea, urgindo uma resposta cada vez mais profissional, séria e eficaz.

A Guarda Nacional Republicana, atenta às mudanças sociais, tem desenvolvido modelos inovadores de resposta a fenómenos complexos e graves, sendo apontada como exemplo a seguir pelas mais elevadas instâncias nacionais.







# A Gendarmeria Nacional Argentina



## DEFINIÇÃO

A *Gendarmeria Nacional* foi criada, pelo Congresso Nacional, em 1938, como uma Força de Segurança de natureza militar. A sua missão e respetivas funções encontram-se associadas à segurança interna e à defesa nacional. A *Gendarmeria Nacional* executa as suas atividades operacionais com base em três pilares, sustentados por legislação nacional, tratados e acordos internacionais, bem como regras institucionais.

## DEPENDÊNCIA

A *Gendarmeria Nacional* encontra-se sob a dependência do Ministério da Segurança e mantém uma relação funcional com o Ministério da Defesa, constituindo parte do Sistema de Defesa Nacional bem como do Sistema de Segurança Interna.

## LOGO INSTITUCIONAL

Embora inicialmente o logo institucional fosse “Energia e correção”, atualmente é “Sentinela da pátria”.

MISSÃO		
Segurança Interna	Defesa Nacional	Apoio a políticas externas do governo nacional
Envolve operações para apoiar o Ministério Federal da Justiça, ordem pública e todos aqueles relacionados com ações policiais.	Controlo e vigilância das fronteiras argentinas; assegurar a segurança dos locais de importância estratégica a nível nacional (por exemplo: centrais nucleares).	Operações de manutenção da paz e de apoio humanitário, assegurando a segurança às embaixadas e entidades diplomáticas.



## ORGANIZAÇÃO

A partir de 2014, o alto comando inclui o Diretor Nacional, Comandante General D. Enrique Alberto ZACH; o Diretor Nacional Adjunto, Comandante General D. Carlos Jose PEREYRA e o quadro geral e especial da Direção Nacional da Gendarmeria.

## EFETIVO

A *Gendarmeria* Nacional Argentina é constituída por um efetivo de 34 954 elementos; incluindo 5 463 do sexo feminino, entre os quais, 4 474 são oficiais e 30 380 são sargentos e guardas. Além disso, o quadro civil (760 civis) é composto por professores, pessoal administrativo e membros do clero.

## PROJEÇÃO

A fim de abranger todo o país (superfície continental: 2 791 810 km; fronteira terrestre: 9 376 km; incluindo 22 443 km de autoestrada e estradas da zona fronteiriça), a *Gendarmeria* Nacio-

nal está estruturada da seguinte forma: 1 Direção Nacional, 7 Comandos Regionais, 23 Grupos de Fronteira e de Segurança, 1 Agrupamento de Aviação, 104 Esquadrões (para o desempenho de funções diversas), 6 Unidades Móveis, 52 Unidades Especiais (Ação Judicial; Reconhecimento Especial; Aviação e Transporte), 580 elementos de magnitude menor (para o desempenho de funções diversas), 62 centros (Tráfego de Seres Humanos; Informações; Operações e Reconhecimento; Resgate em Montanhas), e 5 Estabelecimentos de Ensino.

## MISSÕES NO ESTRANGEIRO

A nível internacional, a *Gendarmeria* Nacional mantém boas relações de cooperação com um vasto número de Forças Policiais, incluindo ações judiciais e de investigação, a fim de colocar as organizações criminosas transnacionais fora de ação, ao abrigo dos tratados e acordos internacionais. Neste momento, também se encontra implementado um sistema de

## PELA LEI E PELA GREI



Autoridades atuais: (da direita para a esquerda) o Diretor-Nacional, o Diretor dos Estabelecimentos de Ensino e o Diretor Nacional Adjunto.

intercâmbio educacional, a nível internacional, com elementos de diversas Forças.

A este nível, assegura igualmente a segurança a entidades diplomáticas e auxilia os embaixadores argentinos que desempenham funções nas Nações

Unidas no âmbito da segurança e de questões fronteiriças. Os elementos da Gendarmeria Nacional têm participado em missões de manutenção da paz desde 1992 e fazem parte de Organizações Internacionais como a FIEP (2006) e a AMERIPOL.



# Operação conjunta de fiscalização

Barragem do Alqueva



O Comando Territorial de Évora, o Comando Territorial de Portalegre e a Comandância de Badajoz da *Guardia Civil*, através dos seus serviços de proteção da natureza (Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente – SEPNA e *Servicio de Protección de la Naturaleza - SEPRONA*), realizaram, no dia 25 de fevereiro na Barragem do Alqueva uma operação conjunta de fiscalização.

A operação teve como principal objetivo a fiscalização de embarcações de recreio, exercício da pesca, acampamentos ocasionais, captação ilegal de água para rega, descargas de efluentes, edificações ilegais e demais atividades ilegais relacionadas com o contexto ambiental. No decorrer desta ação foram empenhados um total de 16 militares com o apoio de três embarcações,

não tendo sido detetadas quaisquer tipos de infrações. Na sequência do “Acordo Schengen” pelo facto das fronteiras terrestres terem sido abolidas, a Guarda e a *Guardia Civil* realizam com frequência este tipo de operações nos principais acessos terrestres entre Espanha e Portugal. Com a construção da Barragem do Alqueva, surgiu o maior lago artificial da Península Ibérica, um espaço aquático fronteiriço entre Espanha e Portugal. Esta operação visou sobretudo a partilha de experiências e o conhecimento da legislação, de ambos os países, em vigor no maior lago artificial de água doce da Península Ibérica. Por fim, verificou-se que a Barragem do Alqueva mantém níveis elevados de segurança, constituindo-se como uma das principais atrações turísticas do Alentejo.

## Exercício conjunto

### GNR e *Guardia Civil*

O Comando Territorial da Guarda da GNR participou, no dia 10 de março de 2015, num exercício na zona da fronteira de Vilar Formoso, com o objetivo de testar as comunicações conjuntas entre a GNR e a *Guardia Civil*, permitindo, desse modo, treinar e qualificar os militares das duas instituições, bem como aferir e avaliar a adequabilidade dos conceitos operacionais nas áreas de intervenção, identificando assim as capacidades e limitações atuais dos sistemas, de modo a intervir de forma eficaz em situações reais. Os responsáveis de ambas as Forças de

Segurança, consideraram como muito positivo o resultado do exercício. Porém, o projeto de comunicações apresenta ainda algumas limitações, tornando-se necessário incrementar a necessária evolução tecnológica e adotar medidas que facilitem a prática do Espanhol/Português por parte dos militares de ambos os países. Assistiram ao exercício, o Major-General Botelho Miguel, Comandante Operacional da GNR e o General de Brigada Diez Cubelos, Jefe da Zona de Castilla e Leon, acompanhados de diversos oficiais da GNR e *Guardia Civil*.



# CONTRAFACÇÃO

## UM PROBLEMA GLOBAL A CONDICIONAR A EUROPA

Pelo Sargento-Ajudante  
FERNANDO REIS



### 1 A “Marca”

O Código da Propriedade Industrial, na designação da “Função da propriedade industrial” refere que «A propriedade industrial desempenha a função de garantir a lealdade da concorrência, pela atribuição de direitos privativos sobre os diversos processos técnicos de produção e desenvolvimento da riqueza», desde logo fica claro a importância e a total pertinência da protecção que deve ser dispensada à propriedade intelectual.

#### a. Objectivos e finalidades

A exploração de um produto, o uso de uma marca e de uma patente, a utilização de um modelo protegido apenas o poderá ser por aqueles que detêm os direitos exclusivos para o efeito. Apenas estes, os

titulares, estão em condições de impedir a exploração ilícita da “marca”. Confere-lhes exclusividade.

A realidade da contrafacção apresenta-se em três lesivas vertentes: para as empresas, a contrafacção provoca uma forte quebra nas receitas, bem como enormes prejuízos de várias ordens que não só material, não esquecendo os encargos necessários à investigação e desenvolvimento (I&D) de novos produtos, e ainda a defesa dos direitos de propriedade industrial. O consumidor, vê a sua saúde e a sua segurança ser colocada em perigo, com o crescente aumento destas práticas no sector dos medicamentos, dos produtos de higiene pessoal, das peças de veículos automóveis, dos alimentos e suplementos alimentares, dos brinquedos, e dos aparelhos eléctricos e elec-

trónicos para o uso doméstico. Por fim, o próprio Estado que regista, desde logo, uma enorme perda da receita fiscal. Fortes perturbações no mercado serão também registadas, com a consequente quebra de confiança dos agentes económicos o que retrai o investimento em I&D. A vertente social do Estado também sai bastante lesada, especialmente com a inevitável subida das taxas de desemprego, associado a uma subida dos indicadores que registam a imigração ilegal. O trabalho clandestino surge também associado. As unidades de produção são também elas clandestinas.

## 2 A contrafacção

### a. Objectivos

A contrafacção surge hoje, aos olhos dos investigadores, como a principal e primordial fonte de receita das organizações terroristas. O Governo dos Estados Unidos da América assim o refere no documento “**COUNTERFEIT GOODS: EASY CASH FOR CRIMINALS AND TERRORISTS**” da Comissão de Segurança Interna E Assuntos Governamentais do Senado dos Estados Unidos:

« In 2003, the Secretary General of Interpol testified before Congress that intellectual property crime, the pirating of such products as software, CDs, and DVDs, is becoming the preferred method of funding for a number of terrorist organizations. He cited direct and indirect connections between counterfeiting and Hezbollah, the Chechen rebels, extremist groups in Kosovo, and al Qaeda, among others.»(pp2)<sup>1</sup>

A venda de produtos de contrafacção proporciona tanto proveito para os criminosos como a venda de drogas ilegais: mais de 200 mil milhões de euros ano, segundo os valores das Nações Unidas.

Fernando Reinares, o maior perito em terrorismo internacional, aponta o mundo das falsificações como a maior fonte de financiamento das organizações terroristas.

### b. Líderes

A governação destas actividades vem sendo atribuída a líderes espirituais de comunidades islâmicas radicados na sua diáspora. Na Europa, e bem aqui ao lado, na vizinha Espanha, surgem registos deste crescente fenómeno. Segundo o canal televisivo espanhol “laSexta”, a *Guardia Civil* vigiou durante um ano dois armazéns, um na Galiza e outro em Sevilha, onde se apreenderam largas centenas de milhar de produtos contrafeitos, entre têxteis e perfumes, sendo que os sujeitos que lideravam as empresas eram precisamente os dirigentes das orações. As mesquitas ocupam os andares de cima daqueles entrepostos. Aquela estação televisiva refere ainda que aqueles líderes islâmicos foram detidos, vendo os seus bens e mercadorias confiscadas em razão de colocação no mercado de mercadorias contrafeitas.

O norte de Portugal, especialmente a região metropolitana do Porto, é apontado pela reportagem do canal espanhol “LaSexta”, de 13/12/2013, dando conta que 85% das falsificações têxteis que entram em território espanhol tem como proveniência aquele espaço luso e destinam-se a ser comercializadas sob a alçada dos “imãs” que dirigem as cerimónias religiosas.

A 27 de Dezembro do ano transacto, *o Correio da Manhã* dá à estampa notícia que dá conta desta realidade:

### **Operação luso-espanhola desmantela 10 fábricas em Portugal**

Mais de 99 pessoas foram detidas.

Dez fábricas foram desmanteladas em Portugal e 99 pessoas detidas, em Espanha, no âmbito de uma operação policial conjunta contra uma rede de contrafacção de roupa e calçado, de que resultou a apreensão de um milhão de produtos falsos.

Segundo a Direcção-geral da Polícia espanhola, a rede, com origem em Marrocos, produziu e dis-

<sup>1</sup> «Em 2003, o secretário-geral da Interpol testemunhou perante o Congresso que crimes contra a propriedade intelectual, a pirataria de produtos como software, CDs, e DVDs, está a tornar-se no método preferido de financiamento para um número de organizações terroristas. Ele citou ligações, directas e indirectas, entre contrafacção e Hezbollah, os rebeldes chechenos, grupos extremistas no Kosovo, e al Qaeda, entre outros.» (tradução do autor)

tribuiu, nos últimos anos, 235 toneladas de peças de roupa e calçado falsos que teriam rendido cerca de 5,5 milhões de euros.

Parte do dinheiro, cartões bancários e outros elementos relacionados com a contabilidade da organização foram encontrados em duas mesquitas da região de Orense.

### c. Enquadramento legal do combate à ilicitude

De todo o quadro legal criado para o combate à proliferação da contrafacção destaca-se:

Directiva 2004/48/CE do Parlamento Europeu (*Directiva do Enforcement*), que impõe aos estados-membros a adopção de medidas comuns neste âmbito:

«A protecção da propriedade intelectual deve permitir ao inventor ou ao criador auferir um lucro legítimo da sua invenção ou criação. Deve igualmente permitir a mais ampla difusão possível das obras, das ideias e dos conhecimentos novos e, ao mesmo tempo, não deve colocar obstáculos à liberdade de expressão, à livre circulação da informação e à protecção de dados pessoais, incluindo na Internet.»

- Código da Propriedade Industrial (republicação na sequência do Decreto-Lei n.º 143/2008 de 25 de Julho);
- Acordo ADPIC-TRIPS;
- Despacho 19935-2008 - 28 Julho - Unidades Flexíveis;
- Portaria 416-2008 - 11 Junho - Unidades Orgânicas Flexíveis;
- Regulamento CE 1383/2003 do Conselho relativo à Intervenção das Autoridades Aduaneiras;
- Lei Orgânica GNR (e as de outras entidades com competência);
- Código de Processo Penal;
- Portaria 882/2010 - 10 de Setembro - Criação do Grupo Anti-Contrafacção

O Ministério da Justiça desenvolveu um portal Anti-Contrafacção (<http://anti-contrafaccao.com>), onde é possível fazer denúncias e apresentar uma queixa

contra este tipo de crime. Este sítio presta informação geral e estatística sobre a contrafacção, e disponibiliza um sistema de queixa electrónica que permite, de uma forma segura, a apresentação de queixas através de formulários em suporte electrónico relativamente aos crimes previstos no Código da Propriedade Industrial.

## 3 Actualidade em números

### a. No país

Só em Portugal, as organizações internacionais que acompanham o fenómeno da contrafacção, tal como "The Havocscope World Black Market Value", calculam prejuízos na ordem dos 182 milhões de euros para o Estado e indústria.

As autoridades policiais que lidam com o fenómeno deram início a 1990 inquéritos no ano de 2011. O ano de 2013 registou 3113 processos de investigação. Assistiu-se, em apenas um ano, a um aumento de 56% de casos de contrafacção, embora o número de peças apreendidas baixasse 86%, refere o Jornal de Notícias de 18 de Novembro de 2013 em artigo da responsabilidade de Alexandre Panda.

Em 2013, só a **Unidade de Acção Fiscal da GNR (UAF)**, apreendeu, numa operação apenas, em acção desenvolvida pelo seu Destacamento de Coimbra, que decorreu ao longo de três dias, mais de 12.400 peças de vestuário contrafeito e ainda veículos afectos à actividade sendo um deles de alta cilindrada. Resultado de 18 buscas, 5 das quais domiciliárias. Quantia superior a meio milhão



## PELA LEI E PELA GREI

de euros é quanto foi apurado como resultado desta apreensão. A investigação decorre tendo como base o branqueamento de capitais e a fraude fiscal. A UAF investigou cerca de 400 inquéritos neste ano.

É um negócio em expansão, não só nas roupas, nas bebidas, no tabaco ou no *software*. Há cada vez mais brinquedos, medicamentos ou peças de veículos contrafeitos. Subtrai ao país 182 milhões de euros por ano, relembra a Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (ACPI). O Estado perdeu quase 40 milhões de euros em IVA entre 2000 e 2006. A este valor "acrescem perdas no IRC, IRS e contribuições para a Segurança Social", refere a ACPI.

A ACPI explica que os 180 milhões de euros "correspondem a uma circulação de quase 25 milhões de peças falsas, considerando para cada uma o valor médio de sete euros"

### b. Na Europa

Estatísticas publicadas a 5 de Agosto de 2013, pela Comissão Europeia, mostram uma continuação da tendência de subida do número de mercadorias movimentadas suspeitas de violar direitos de propriedade intelectual. Em 2012, quase 90 mil casos de apreensão foram registados pelas alfândegas. O grandioso número de

apreensões é causado pelo elevado número de pequenas encomendas expedidas pela via postal e, muito provavelmente, como resultado de vendas pela internet.

Quanto aos quase 40 milhões de artigos apreendidos, o valor dos produtos equivalentes genuínos é estimada um pouco abaixo de mil milhões de euros.

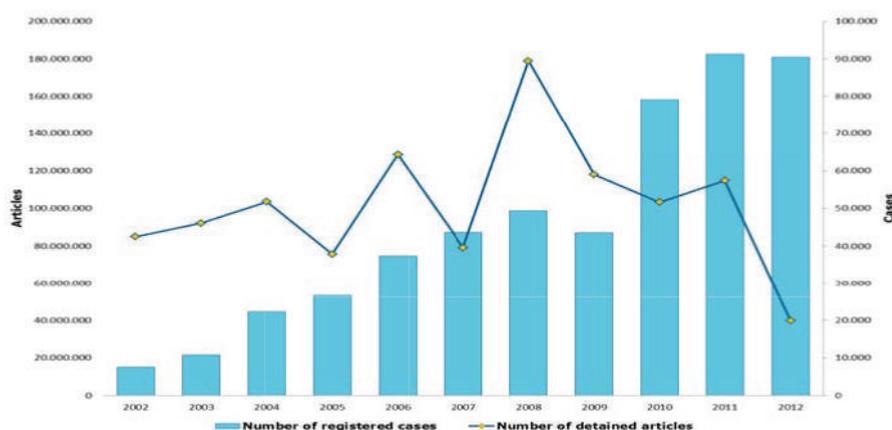
Os cigarros estão no top da lista de artigos apreendidos (31%), seguidos por outros produtos (tais como garrafas, lâmpadas, cola, baterias, detergente) e materiais de embalagem. Produtos para uso diário (ou seja, artigos de higiene pessoal, medicamentos, brinquedos, electrodomésticos) foram responsáveis por 12,7% do número total de artigos interceptados e apreendidos.

China continuou a ser o principal país expedidor das mercadorias que violam direitos de propriedade intelectual que foram enviados para a UE, Marrocos e Hong Kong para produtos alimentares, ainda a China para outros produtos de tabaco, tais como cigarros electrónicos e suas cargas líquidas.

A Comissão Europeia e os Estados-Membros também lutam contra a contrafacção em todas as suas dimensões: ao estudar o fenómeno para conceber estratégias de resposta mais eficientes e campanhas de sensibilização.

A imagem ao lado é precisamente capa de um fo-

i. Gráfico: evolução de processos registados versus artigos apreendidos na Europa





lheto em distribuição e que é parte integrante da última campanha de sensibilização a decorrer em toda a UE.

### c. No mundo

Esta actividade representa entre 5 e 7% das trocas comerciais a nível mundial. E, segundo a Comissão Europeia, conduz a uma perda de 200 mil postos de trabalho por ano, implicando para as empresas e estados europeus prejuízos de 200 mil milhões de euros.

## 4 Abrangência

O grau de risco para o consumidor aumenta de dia para dia. Os produtos pirateados são hoje o mais diversificado possível, desde peças de desgaste automóvel, a armas, bebidas alcoólicas e aparelhos electrónicos, não esquecendo o tabaco e os têxteis, tudo o que se apresente vantajoso face ao original. O negócio da contrafação cresce ao ritmo da sua versão legal.

Salientar aqui, neste quadro, a perplexidade de já ter sido detectado e apreendido “filtros nucleares”. Proviham da China e circulavam em território espanhol. A indústria farmacêutica é a mais lesada. O seu mercado paralelo é o mais rentável atingindo os 150.000 milhões de euros, registando um

aumento de 300% nos últimos anos. Regista lucros maiores que o “tráfico de droga” e um menor risco penal.

*Atente-se neste comparativo:* Por cada euro investido, no caso de droga ilegal, as organizações criminosas obtêm 20 euros. Auferem 40 euros se tabaco contrabandeado ou contrafeito e cerca de 500 euros em medicamentos.

Os dispositivos médicos são igualmente sujeitos a contrafação. As lentes de contacto e os instrumentos de teste de sangue são apenas alguns dos produtos que têm vindo a ser imitados e vendidos na internet ou mesmo em lojas normais.

## 5 A posição das marcas

As marcas investem somas avultadas na protecção das suas patentes, passando pelo controlo rigoroso dos seus colaboradores, levando-os a assinar contratos de confidencialidade dos seus produtos. Criaram equipas de peritos que também auxiliam as polícias na identificação das fábricas clandestinas que operam por todo o mundo, com vista ao seu desmantelamento.

Cinco a dez mil milhões de euros em cada ano são quanto as marcas despendem no combate às falsificações. Somas milionárias são também investidas em publicidade.

## 6 A posição da Guarda e da UAF

À GNR cabe, na qualidade de Órgão de Polícia Criminal, desenvolver acções de fiscalização em sede de venda, armazenamento e circulação de mercadorias contrafeitas. Cabe-lhe, ainda, executar diligências de investigação e instruir processos-crime por delegação do Ministério Público.

**A Unidade de Acção Fiscal** é uma unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda. A UAF articula-se em destacamentos de acção fiscal e um destacamento de pesquisa de âmbito nacional.

Esta Unidade Especial da Guarda é comandada por um coronel, coadjuvado por um 2.º comandante.

## 7 O IVA e a contrafacção

Inscrito na Lei Geral Tributária, artigo 10.º - “*Tributação de rendimentos ou actos ilícitos*”, temos a norma que confere legitimidade para que se observe e trate esta “transmissão de bens”, pois é disso que se trata:

«O carácter ilícito da obtenção de rendimentos ou da aquisição, titularidade ou transmissão dos bens não obsta à sua tributação quando esses actos preenchem os pressupostos das normas de incidência aplicáveis.»

A origem ilícita dos bens não lhe confere estatuto de isenção em matéria fiscal, ou seja, ainda que obtidos de forma ilegal, os proveitos devem ser tributados, em sede de IVA neste caso. Partindo desta premissa, é da mais elementar justiça que de futuro seja observada a instauração de inquéritos fiscais às apreensões de mercadoria contrafeita. A UAF é a Unidade da Guarda que se perfila para o efeito, fruto das suas competências em matéria tributária.

## 8 A implementação online

A internet veio criar uma realidade “assustadora”.

É o grande desafio para as marcas, o que as projecta é também o seu maior *calcanhar de Aquiles* no combate às falsificações. A *rede* afasta intermediários e diminui drasticamente o risco de localização dos prevaricadores. Estes actuam a partir de qualquer ponto do planeta num clima de enorme impunidade.

Os falsários estão melhor posicionados na internet. Uma busca efectuada no *Google* e rapidamente se apresentam em primeiro plano dois a três *sites* não oficiais. A marca surge sempre, ou quase sempre, em terceiro plano.

Este é o meio, o canal perfeito para se exercer a “fraude fiscal”. O consumidor, particulares e/ou empresas, dispõem de via aberta para realizar aquisições de bens, transaccionando-os de futuro ou não, em completo anonimato perante a administração fiscal. As apreensões levadas a efeito pela Guarda Nacional Republicana, nomeadamente, revelam uma realidade que se encerra na total ausência de documentos comerciais – facturas ou similares, ou nos poucos casos em que se apresentam documentos estes não apresentam qualquer consistência fiscal.

## 9 Conclusões

Estamos perante um fenómeno, uma realidade que prolifera, em grande parte, à sombra de uma debilidade social que trespassa de duas realidades: uns que não tendo trabalho e sendo originários de países subdesenvolvidos – “*los manteros*”<sup>2</sup> de Espanha a título de exemplo, são explorados pelos “oradores das mesquitas” que ainda assim são aqueles que lhes matam a fome. Outros, os habitantes dos países desenvolvidos, que não podendo adquirir os produtos genuínos querem ser referenciados pelo seu uso.

Uma das respostas, de carácter político é certo, passa decididamente pela necessidade, e pela urgência, em compreender que se deve investir (I&D) naqueles países, criando aí emprego e



riqueza, o que diminui a propensão para a difusão dos produtos contrafeitos e também os fluxos de imigração ilegal, que serão uma das maiores, senão a maior preocupação com que a EU terá de lidar no imediato. Veja-se os acontecimentos de Lampedusa<sup>3</sup> e a afluência à costa sul da Espanha.

### 10 Para reflexão...

Entre 2010 e 2011, o volume de produtos de contrafacção retidos pelos serviços aduaneiros au-

mentou 11%.

Em 2009, o valor acumulado das 10 maiores marcas nos países da EU representava quase 9% do PIB. Só em 2011, foram apreendidos nas fronteiras da EU 115 milhões de produtos de contrafacção, num valor total de mais de 1200 milhões de euros. Em 2011, foram apreendidos por autoridades europeias 27 milhões de medicamentos contrafeitos. A China é de longe a maior fonte de produtos de contrafacção retidos na Europa, representando quase 73% do total apreendido.

<sup>3</sup> A ilha de Lampedusa é uma ilha italiana do arquipélago das Ilhas Pelágias no Mar Mediterrâneo. Tem cerca de 5 mil habitantes e uma área de 20,2 km<sup>2</sup>, sendo a sexta por extensão das ilhas sicilianas.

### Fontes consultadas:

"COUNTERFEIT GOODS: EASY CASH FOR CRIMINALS AND TERRORISTS", COMMITTEE ON HOMELAND SECURITY AND GOVERNMENTAL AFFAIRS UNITED STATES SENATE - ONE HUNDRED NINTH CONGRESS - First Session, May 25, 2005

<http://Ec.europa.eu/enterprise/stopfakes>

[http://ec.europa.eu/dgs/internal\\_market/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/dgs/internal_market/index_en.htm)

<http://expresso.sapo.pt/textil-contrafacciao-em-portugal-ascendeu-a-180-me-entre-2000-e-2006-associacao=f510352#ixzz2u6MVun3f>

<http://expresso.sapo.pt/textil-contrafacciao-em-portugal-ascendeu-a-180-me-entre-2000-e-2006-associacao=f510352#ixzz2u6MIXeGz>

<http://anti-contrafacciao.com/instituicoes/>

<http://www.iacc.org/counterfeiting-statistics.html>

<http://www.interpol.int/Crime-areas/Trafficking-in-illicit-goods-and-counterfeiting/Trafficking-in-illicit-goods-and-counterfeiting>

[http://www.lasexta.com/programas/equipo-investigacion/noticias/falsificaciones-cuela-frontera-portuguesa\\_2013121300267.html](http://www.lasexta.com/programas/equipo-investigacion/noticias/falsificaciones-cuela-frontera-portuguesa_2013121300267.html)

[http://www.lasexta.com/programas/equipo-investigacion/noticias/impunidad-falsificaciones-internet-intermediarios-riesgo-ser-localizados\\_2013121300271.html](http://www.lasexta.com/programas/equipo-investigacion/noticias/impunidad-falsificaciones-internet-intermediarios-riesgo-ser-localizados_2013121300271.html)

<http://www.lasexta.com/static/buscador/buscador.html?termino=falsificaciones>

[http://ec.europa.eu/anti\\_fraud/investigations/fraud-in-figures/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/anti_fraud/investigations/fraud-in-figures/index_en.htm)

# UM OLHAR SOBRE A NOSSA JUSTIÇA MILITAR...

Pelo Major de Infantaria

DIAS DA SILVA



## ***A 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE DISCIPLINA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA. \****

Como é do conhecimento geral, foi recentemente publicada a Lei n.º 66/2014, de 28 de agosto, que teve o condão de alterar pela primeira a Lei n.º 145/99, de 1 de setembro, que aprovou o Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana (RDGNR). De facto, foram necessários quinze anos para que tal sucedesse. Pela nossa parte julgamos que em boa hora, pois durante este período ocorreram várias e significativas alterações legislativas, organizacionais e estatutárias, que já o justificavam<sup>1</sup>.

Pela importância de que se reveste um diploma desta natureza, enquanto documento enformador dos deveres (disciplinares) a que estão adstritos os militares da Guarda e, simultaneamente, como instrumento jurídico-sancionador das ações ou omissões contrárias a esses mesmos deveres, torna-se aconselhável, e de certa forma até pedagógico, dar nota das principais alterações e/ou novidades introduzidas pelo legislador, fazendo, quando tal se justifique, um breve comentário às novas soluções trazidas à estampa.

\* As observações efetuadas apenas vinculam o autor do presente artigo.

<sup>1</sup> Nomeadamente à Lei Orgânica e ao Estatuto dos Militares da GNR, ao Regulamento de Disciplina Militar e ao Código de Justiça Militar.

A título prévio, começaríamos por destacar os três motivos essenciais para que o RDGNR fosse revisto<sup>2</sup>: **(i)** modificação do regime das penas; **(ii)** reformulação do quadro de responsabilidade disciplinar dos militares na reforma; e **(iii)** simplificação dos critérios para a classificação nas classes de comportamento. Todavia, as alterações introduzidas não se cingiram apenas a estes aspetos. Ao observarmos o art.º 2º das disposições preambulares da Lei que alterou o RDGNR constatamos que cerca de metade dos artigos sofreram modificações, uns mais que outros<sup>3</sup>. Não obstante, tal não significa que estejamos diante de um *novo* RDGNR, até porque, apesar das alterações terem sido muitas, a sua matriz-base não foi assim tão modificada que justifique *per se* uma mudança de filosofia ou paradigma em termos disciplinares, servindo a designação de *novo* unicamente para melhor se diferenciar do anterior regime.

Começemos pelos motivos que ditaram a revisão do RDGNR. O primeiro respeita à eliminação da pena de *reforma compulsiva* do catálogo das penas e, por conseguinte, do léxico disciplinar. Esta é, sem margem para dúvidas, uma alteração substancial relativamente ao regime anterior, passando a pena de *separação de serviço* a ser a única de natureza expulsiva agora prevista. Sendo ainda prematuro avaliar a bondade desta opção, julgamos que a margem de “discricionariedade” entre o “expulsar” e “não expulsar” um militar ficou mais reduzida, pelo que, doravante, aqueles comportamentos que estejam no *limbo* vão requerer uma maior ponderação justamente porque passamos imediatamente da pena de *suspensão agravada* para a *separação de serviço* sem ter uma pena intermédia, sabendo-se que esta última implicará o afastamento definitivo do militar e a extinção do seu vínculo

funcional com a GNR<sup>4</sup>.

O segundo motivo refere-se à responsabilidade disciplinar dos militares reformados, verificando-se que esta ficou balizada de forma diferente, quer quanto aos deveres, quer quanto às penas aplicáveis, na medida em que o seu (ténue) vínculo jurídico estabelecido com a instituição é reconhecida e essencialmente assistencial e prestacional. Assim, as penas de *suspensão* e *suspensão agravada* deixaram de ser aplicáveis, podendo apenas serem punidos com as penas de *repreensão escrita* ou *repreensão escrita agravada* (pela violação do dever de apurmo) e com a pena de *separação de serviço*, desde que tenha havido «a prática de algum tipo de crime doloso que, pela sua natureza, atente gravemente contra o bom nome, o prestígio e a imagem da instituição»<sup>5</sup>, em princípio, não conformada; por factos praticados antes da passagem à reforma continuam a poder ser punidos com todas as penas previstas, embora conformadas.

Relativamente ao último motivo, constatamos que em matéria de classes de comportamento foi criado um novo regime<sup>6</sup>, abandonando-se a tradicional fórmula aritmética para efeitos de subida de classe para se passar a contabilizar as recompensas obtidas, as penas aplicadas em processo disciplinar, as penas de prisão aplicadas em processo-crime (quando efetivamente cumpridas) e o tempo de serviço decorrido (desde o final da anulação da pena ou da suspensão da execução da pena). Também os pressupostos para a instauração do processo de dispensa estatutária foram objeto de modificação, podendo o militar ser imediatamente apreciado quando desça à 4.ª classe de comportamento.

Além destes motivos, que foram determinantes

<sup>2</sup> Constantes da proposta de Lei n.º 218/XII, disponível em [http://debates.parlamento.pt:9091/dar\\_s2\\_imagens/s2a/112/sl3/n101/s2a112sl3n101.pdf](http://debates.parlamento.pt:9091/dar_s2_imagens/s2a/112/sl3/n101/s2a112sl3n101.pdf).

<sup>3</sup> Foram alterados 63 artigos e o art.º 32º foi revogado.

<sup>4</sup> Cf. art.º 33º do RDGNR.

<sup>5</sup> A título comparativo, nas Forças Armadas só é aplicável a pena de *repreensão* - cf. art.ºs 5º, n.º 4 e 30º, n.º 4, ambos do RDM.

<sup>6</sup> Para melhor esclarecimento, *vd.* Circular n.º 1129/DJD, de 20 de fevereiro de 2015.

para a sua revisão, existem outros aspetos que pela sua relevância também merecem ser realçados e que cumpre assinalar. No que diz respeito à competência disciplinar verificamos que o critério utilizado para a sua atribuição passou a assentar no posto hierárquico em detrimento do desempenho de funções (prevalência do critério da hierarquia sobre o critério funcional)<sup>7</sup>, aproveitando-se a ocasião para clarificar a competência sobre os militares na reforma e na reserva (fora da efetividade de serviço), e para atribuir competência aos órgãos de soberania e aos oficiais das Forças Armadas para louvar militares da Guarda que prestam serviço em organismos externos. Equiparou-se ainda o *quantum* da competência entre os oficiais superiores (até 60 dias), independentemente do posto, o que não deixa de ser um paradoxo relativamente ao critério que foi estabelecido para a sua atribuição. Como novidade, surge a figura da *advertência*, chamando-se a atenção para o facto de esta não ser considerada uma *verdadeira* pena como sucede nalguns estatutos disciplinares<sup>8</sup>.

A medida de *transferência compulsiva* (anteriormente designada de *transferência*), que já se encontrava prevista no RDGNR, também sofreu algumas modificações, desde logo, foi elevada à categoria de pena disciplinar, embora acessória, e passou a poder aplicar-se (cumulativamente) com a pena de *suspensão*, diferenciando-se apenas na sua duração: enquanto na *suspensão* o período pode ir até 2 anos, na *suspensão agravada* esse período poderá ir até 4 anos. A sua execução passa também a poder suspender-se e, por fim, sempre que seja

aplicada a medida provisória de *transferência preventiva*, o tempo decorrido durante esse período será descontado no da *transferência compulsiva*.

Ciente das consequências que a prescrição acarreta, também nesta sede se verificaram algumas novidades. A *notificação da acusação* passou a ser a única causa de interrupção e foi introduzida uma nova causa de suspensão<sup>9</sup>, estabelecendo-se um limite de 3 anos para esta suspensão. Foi ainda consagrado, finalmente, um *prazo-limite* para a prescrição do próprio procedimento disciplinar<sup>10</sup>.

No regime dos recursos emerge aquela que consideramos a mais significativa das alterações, fundamentalmente pelo “corte” com os principais traços caracterizadores do regime anterior. Agora, além do arguido, também o queixoso, o participante ou denunciante passaram a poder recorrer das decisões finais<sup>11</sup>. Depois, o prazo para interpor recurso também foi alterado, passando de 10 para 15 dias<sup>12</sup>. Quanto à modalidade de recurso hierárquico (facultativo ou necessário), consagrou-se (expressamente) que é *facultativo* quando o Comandante-Geral aplicar a pena de *suspensão agravada*, não se estabelecendo, contudo, de forma clara, qual a modalidade para as penas de *repreensão escrita*, *repreensão escrita agravada* e *suspensão*<sup>13</sup>. Por fim, a interposição do recurso hierárquico passa a ter *efeitos suspensivos*, querendo isto dizer que o cumprimento da pena ficará “suspenso” até que expire o prazo de recurso ou que, tendo sido interposto, logo que lhe seja negado provimento, com exceção das penas de *repreensão escrita* e *repreensão escrita agravada*<sup>14</sup>.

<sup>7</sup> Vd. Quadro Anexo B (competência punitiva) ao RDGNR. Refira-se que este modelo já se encontrava estabelecido no RDM.

<sup>8</sup> V.g., no Estatuto do Ministério Público [art.º 166º, n.º 1, al. a)]. Esta norma também se encontra consagrada no art.º 64º, n.º 6, do RDM.

<sup>9</sup> Cf. art.º 46º, n.º 5, al. b), do RDGNR. Norma idêntica consta no art.º 178º, n.º 6, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP).

<sup>10</sup> Salvo as exceções previstas, será sempre de 4 anos e meio, cf. art.º 46º, n.º 7, do RDGNR.

<sup>11</sup> Até aqui apenas o arguido o podia fazer. No RDM, tal como no RDPSP, apenas o arguido tem legitimidade para o efeito.

<sup>12</sup> Este prazo (de 15 dias) também está previsto no art.º 225º, n.º 2, da LGTFP.

<sup>13</sup> Anteriormente o recurso hierárquico era sempre *necessário*, cf. art.º 124 da Lei n.º 145/99, de 1 de setembro.

<sup>14</sup> Cf. n.º 2, do art.º 124º, conjugado com o n.º 1, do art.º 48º, ambos do RDGNR. Relembramos que no anterior regime a interposição do recurso (de qualquer pena) nunca tinha efeitos suspensivos. O art.º 124º, n.º 2, do RDGNR é idêntico ao art.º 51º, n.º 2, do RDM.

Por questões puramente terminológicas, também a designação das infrações disciplinares *pouco graves* foi alterada para infrações *leves*. Também o critério utilizado para distinguir a gravidade das infrações também foi modificado, passando a tónica do grau de culpa para o elemento subjetivo do tipo (nas modalidades de dolo e negligência), assemelhando-se por esta via ao regime penal.

Outro dos aspetos a salientar refere-se à publicação, sendo novidade a sua obrigatoriedade quando estejamos perante decisões dos recursos, devendo estas ser *publicadas* na mesma ordem de serviço dos despachos punitivos que o precederam<sup>15</sup>.

Relativamente às notificações feitas ao arguido também se alterou o procedimento. Agora, desde que este constitua advogado, a data que passa a relevar para efeitos dos seus direitos é aquela que ocorrer em último lugar (do arguido ou do advogado)<sup>16</sup>. Outro dos aspetos em que se notou a mão do legislador prende-se com o afastamento da *gratuidade* das certidões e das fotocópias requeridas (inclusivamente pelo arguido)<sup>17</sup>. O último aspeto que damos conta é relativamente ao facto de se terem aditado mais quatro artigos: os art.ºs 17º-A e 17º-B são referentes a dois “novos” deveres disciplinares<sup>18</sup>, o art.º 36º-A é respeitante ao *avermamento da extinção de penas*, e o art.º 44º-A é alusivo à *anulação das penas*.

Após esta breve viagem sobre as principais

alterações ao RDGNR, gostaríamos ainda, em jeito de “recomendação futura”, de mencionar alguns aspetos que pensamos que deviam ter ficado consagrados pelas razões que se apontam. Em primeiro lugar, cremos que se impunham algumas disposições transitórias, nomeadamente sobre a aplicação da lei no tempo, pois quer a eliminação da pena de *reforma compulsiva*, quer o regime *ex novo* das classes de comportamento eram motivos mais que suficientes para que consagrasse esse regime (transitório). Em segundo lugar, face à atual conjuntura, teria sido avisado e razoável repensarem-se os limites máximos das penas bem como a percentagem de “cortes” nos vencimentos<sup>19</sup> em virtude da aplicação das penas de *suspensão* e *suspensão agravada*. Depois, a pouca clareza no regime dos recursos dá-nos a sensação que a intenção do legislador provavelmente seria outra<sup>20</sup> pois que, ao não ter estabelecido (expressamente) qual a modalidade de recurso para as penas de *suspensão*, de *repreensão escrita* e de *repreensão escrita agravada* – como fez para a *suspensão agravada* – levanta dúvidas (desnecessárias) sobre a sua necessidade ou facultatividade<sup>21</sup>. Ainda neste segmento, também devia ter ficado regulado (expressamente) qual a modalidade de recurso que impende sobre as medidas provisórias, bem como os seus efeitos. Em quarto lugar, somos da opinião de que se perdeu uma ótima oportunidade para

<sup>15</sup> Contudo, o art.º 36º, n.º 4, do RDGNR, proíbe a sua publicação (das penas e das decisões dos recursos) na *internet*, exceto se as penas forem aplicadas pelo MAI. Sobre este ponto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados considerou que a divulgação «corresponderia a uma pena acessória por um período de tempo ilimitado, o que não é admissível na ordem jurídica constitucional portuguesa».

<sup>16</sup> Cf. n.º 2, do art.º 78º, do RDGNR.

<sup>17</sup> As taxas são cobradas ao abrigo da Circular O1/DRF/13, de 03 de abril, por referência à Portaria n.º 1334-C/2010, de 31 de dezembro.

<sup>18</sup> Ambos os deveres foram extraídos de algumas disposições do dever de proficiência (art.º 11º, do RDGNR). Sobre a crítica à designação dos novos deveres (“autoridade” e “tutela”), *vd.* Parecer da Ordem dos Advogados, disponível em: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=38370>. Todos os *novos* artigos estão consagrados nos art.ºs 13º, 15º, 59º e 63º, do RDM.

<sup>19</sup> À semelhança do RDM, podia ter sido equacionada a possibilidade da consagração da pena de *suspensão* com um limite máximo de 90 dias – extinguindo-se a pena de *suspensão agravada*.

<sup>20</sup> Na versão inicial da proposta de Lei previa-se o recurso hierárquico *necessário* para as penas de *suspensão* e *suspensão agravada*.

<sup>21</sup> À luz do novo CPA, de acordo com o art.º 3º, n.º 3 das suas disposições preambulares, o recurso hierárquico consagrado no RDGNR deverá ser entendido como *necessário* porquanto consta a expressão «suspende» no n.º 1, do art.º 124º, do RDGNR – este será pois o regime-regra; quanto às penas de *repreensão escrita* e *repreensão escrita agravada*, entendemos que é *facultativo* precisamente porque o n.º 2 cria uma exceção ao n.º 1; a pena de *suspensão* deverá ser pois a única subsumida ao regime-regra, isto é, ao recurso hierárquico *necessário*.



densificar e concretizar o conceito de «*consumo excessivo de bebidas alcoólicas*» previsto no dever de aprumo<sup>22</sup>. Em quinto e último lugar, podíamos ter apostado na ousadia e modernização se tivéssemos optado por seguir a solução prescrita na LGTFP ou de forma mais vincada na nossa congénere espanhola relativamente à qualificação das infrações ou das penas, criando um modelo de tipificação de condutas (exemplificativas), o que tornaria a qualificação jurídico-disciplinar das infrações e a subsunção jurídica mais simples, reforçando-se desta forma a segurança e a proteção da confiança no poder sancionatório do Estado<sup>23</sup>.

Em jeito de conclusão, e independentemente dos considerandos feitos, cremos que em termos

globais e no essencial as soluções gizadas revelaram-se razoáveis e de acordo com o pretendido, porém, entendemos que poderiam ter sido menos nebulosas nalguns aspetos essenciais (como é o caso dos recursos). Doutro passo, pela evidência que encerra, chamamos a atenção para o facto de o legislador ter alinhado pelo diapasão do RDM nalguns aspetos e pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas<sup>24</sup> (LGTFP) noutros, o que, atendendo à natureza da GNR e à condição militar que caracteriza os seus militares, não deixa de ser algo curioso. Desta forma, esperamos ter sensibilizado para as principais alterações ao RDGMR e de ter contribuído para uma melhor compreensão do regime vigente.

<sup>22</sup> Contido no art.º 17º, n.º 2, al. b), do RDGMR, e que tanta celeuma tem criado. Uma das possíveis soluções seria a previsão no próprio RDGMR (dos limites, dos procedimentos e dos meios de recolha de prova), ou então, como se fez no Regime jurídico das armas de fogo e na Lei de Bases Gerais da Caça, que se remetesse para outra legislação.

<sup>23</sup> A este propósito, fala-se no «*princípio da tipificação exhaustiva dos ilícitos disciplinares*», vd. FRANCISCO ANTÓNIO BAPTISTA MARTINS, in Revista "Pela Lei e pela Grei", *O Dogma da atipicidade do ilícito disciplinar*, Out-Dez2010, p. 22-29.

<sup>24</sup> Aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

# Mas Que Crise!

Pela Psicóloga MARIA DE FÁTIMA FERRO

Direção de Recursos Humanos

Centro de Psicologia e Intervenção Social

da Guarda Nacional Republicana

Muitas vezes, as notícias que entram pelas nossas casas enchem-nos de um pessimismo avassalador. Somos levados por uma corrente de negatividade, sendo difícil manter os pés bem assentes na terra, ou o bom senso, como lhe queiram chamar.

Olhamos de um lado para outro, e parece-nos que não há um sinal à vista que nos indique onde está a solução. Com isso, antevemos o pior: como é que vamos conseguir manter o nível de vida (pelo menos que tínhamos), pagar os nossos empréstimos bancários, os créditos pessoais, a alimentação, transportes, médicos, o colégio ou a escola das crianças. Na correria do dia-a-dia, contamos os tostões, tentando passar ao lado daquilo que poderia ser o “toque da crise”, para que não nos deixe marca. Gradualmente, entramos numa espiral de ansiedade múltipla, antecipando o que achamos que pode vir a acontecer de menos positivo. Vários são os sintomas decorrentes, tanto físicos como de natureza Psicológica. Não saber o que fazer, um pessimismo constante, um estado de confusão, insónias, aumento do batimento cardíaco, anergia, oscilações/variações de humor, por vezes, com propensão para a irritabilidade fácil, e a sensação de que se está perdido e sem controle.

Mas, o desenvolvimento de uma situação de crise



tem normalmente três saídas possíveis: a **negativa**, a **estável** e a **positiva**. Cabe-nos a nós uma opção consciente, por uma delas.

Quando sentimos que a situação ultrapassa os nossos recursos, e que somos incapazes de ser flexíveis para nos adaptarmos às mudanças, temos uma resposta de stresse, logo uma **resposta negativa**. Temos dificuldade em nos tornarmos criativos, abertos, de vermos o que podemos retirar de positivo da situação.

Esta má gestão leva-nos a piores resultados, que se alastram por várias áreas da nossa vida, o que reforça a visão negativa de nós mesmos e da situação.

Se a crise é geral no país, como é o caso hoje em dia em Portugal, tendemos a particularizá-la e

sentimo-nos cada vez mais inseguros. Com as notícias, antecipamos cenários catastróficos, e não nos sentimos capazes de criar soluções alternativas, para superar as dificuldades.

Se achamos que a crise é no trabalho, sentimo-nos cada vez mais desgastados, colocando toda a responsabilidade da situação, fora de nós.

Este tipo de funcionamento negativo, não leva só a perturbações reais na nossa vida, como também, a perturbações emocionais e físicas por vezes bastante graves. Começamos um ciclo de falta de positividade, que nos leva a situações de ansiedade, depressão, ao possível aumento do consumo de álcool e/ou drogas, e, até mesmo outras doenças. Numa outra posição, existem pessoas que encontram os recursos positivos para não se deixarem perturbar demasiado, mas, não procuram ativamente mudanças. É a chamada **posição estável**. Passam pelo período de crise com resiliência, no entanto, quando este termina, voltam a estar como estavam antes de começar, sem terem feito uma aprendizagem ou evolução positiva.

Por fim, a última saída, e a melhor, a **visão positiva** do mundo e de si mesmo. Aqui já falamos de uma visão aberta, e de aceitação de todos os paradoxos, opostos, ritmos e ciclos.

Acredita-se que tudo muda ciclicamente. O mau não dura para sempre, o que nos dá uma sensação de tranquilidade perante as mudanças, perante as situações negativas ou difíceis. Existe uma lógica construtiva por trás de tudo.

Aqui nesta posição, não se temem as mudanças, transformamo-las em algo a nosso favor. Não nos apoiamos em nada externo para a nossa própria segurança, e assim conseguimos lidar tranquilamente com as situações de perda ou alterações das nossas vivências. Assume-se a responsabilidade pela própria felicidade, e, não se espera que o nada, nem ninguém assumam esse papel por nós.

Com esta atitude, criamos soluções positivas, cuidamos melhor de nós mesmos, temos uma

saúde mais forte, mais energia, abertura, e criatividade para lidar com situações adversas.

A crise, não tem na sua essência a qualidade de ser boa ou má, ela é sim intensa, mas a experiência que tiramos dela depende de nós e das nossas escolhas.

É o momento ideal para separarmos o que temos de bom, daquilo que já não nos serve, de redefinirmos prioridades, gerarmos novidades e conhecermo-nos melhor. Assim saímos dela de forma positiva e construtiva.

É necessário tomarmos consciência, e termos a cabeça fria, porque, de facto, os tempos são difíceis. Para os atravessar temos que repensar e analisar a nossa gestão financeira.

Chegou a hora de eliminarmos o que poderão ser os gastos supérfluos. Os outros, teremos que os manter, num plano de poupança que nos leva a procurar o que é mais barato.

Deixamos-lhe algumas sugestões:

### **Planeie as suas finanças**

- Registe todas as suas despesas e estabeleça um limite máximo diário de quanto é que pode gastar;
- Controle as suas faturas e tente perceber o que paga;
- Compre apenas o essencial;
- Utilize mais os transportes públicos;
- Aproveite os saldos para fazer as suas compras;
- Tenha consciência dos rendimentos do seu agregado familiar, dos gastos atuais e futuros (tenha controle sobre os rendimentos existentes: salários, depósitos, rendas, etc. e sobre o que poderá vir a ter: estudos dos filhos, necessidades, revisão do carro, etc.);

- Discipline-se a manter dinheiro na conta à ordem, para eventuais gastos que possam aparecer;
- Tenha noção que não se pode envolver em mais créditos, os que existem, já são difíceis de pagar. **O acumular de dívidas nunca foi e nunca será uma solução;**
- Se tiver dificuldade, **apresente a sua situação à entidade credora, e só a esta,** e tente renegociar/reestruturar os seus empréstimos, procurando uma solução adequada ao seu caso;
- Não se esqueça que pode desistir do contrato de crédito, sem indicar o motivo que o leva a fazê-lo;
- Não negue a existência de um problema. Quando começar a não conseguir cumprir as suas obrigações e o pagamento das dívidas, mesmo até as mais pequenas, é porque algo não está bem. Deve agir rapidamente. Não espere que todos os créditos entrem em incumprimento.

Não nos esqueçamos que há sempre um caminho, se estamos perdidos e não o conseguimos encontrar, isso não quer dizer que ele não existe.

Na vida há sempre escolhas. Se há coisas que nos são determinadas, e para as quais não tivemos um papel ativo, **pelo menos podemos escolher a forma como vamos reagir a elas.**

#### **Cuide de si**

Nestes momentos, é fundamental “cuidarmos de nós próprios”, e não rearmos pedir ajuda. Se estiver a sentir que a crise o está a enfraquecer em vez de fortalecer, não hesite! Igualmente importante, é o apoio dos mais próximos –



familiares e amigos. Partilhar as dificuldades económicas com aqueles em quem confiamos, poderá representar o primeiro passo para lidarmos com o “stress financeiro”, e recuperar a sensação de controlo da nossa vida.

Reserve, diariamente, um tempo para descontrair e socializar. Paralelamente, deverá estar atento a todos os aspetos da sua saúde (física, mental e emocional).

Não devemos menosprezar sete a oito horas de sono diário, uma boa alimentação e o reforço do nosso nível de atividade física, (o que o poderá ajudar a reduzir os níveis de stress negativo e a melhorar o humor).

Há muitas atividades desportivas que são gratuitas, pelo que o peso no orçamento de uma mensalidade no ginásio, não serve como desculpa.

#### **Cuide dos seus**

Como as dificuldades financeiras afetam todo o agregado familiar, deve conversar com a sua família, e em conjunto, definirem um plano claro de gestão financeira, com metas realistas, onde todos possam contribuir para ultrapassarem a situação. Converse com os seus filhos sobre o dinheiro. De uma forma simples, e adequada à sua idade, explique-lhes que não há culpados das dificuldades que atravessam (muitas famílias passam, atualmente, pelo mesmo) e torne-os agentes ativos e parte do orçamento familiar, destinando-lhes a gestão de uma semana ou mesada, previamente

## PELA LEI E PELA GREI

acordada. Mobilize-os para a ambicionada poupança familiar (duche em vez de banhos de imersão prolongados, redução de gastos de electricidade desnecessários, a opção por produtos sem marca – mais baratos, etc.).

Esclareça que parte dos rendimentos familiares está destinada a suprir determinadas despesas. Revele-lhes qual o montante de que dispõem mensalmente, para gastos não essenciais, concedendo-lhes, caso estas alterações permitam, poupar algum dinheiro no final do mês (uma pequena parte para o seu próprio “pé-de-meia”). Esta atitude contribuirá para que os seus filhos compreendam melhor a situação e a extravagância de algumas das suas exigências.

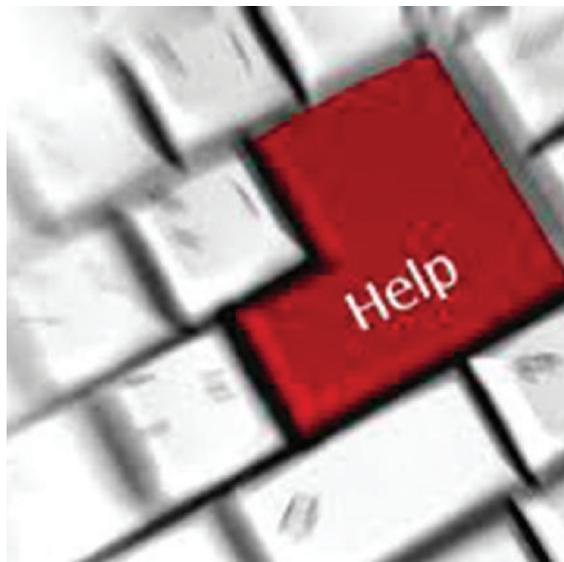
Refleta sobre a possibilidade de dar conhecimento da sua situação financeira também à sua família alargada. Nela poderá residir a possibilidade de encontrarem uma alternativa, um apoio financeiro pontual ou tão simplesmente, uma ajuda preciosa para manter a sua casa em ordem.

Continue a divertir-se com a sua família. Há muitos sítios onde podem passear e atividades que podem fazer em conjunto, que são gratuitas ou de baixo custo. Pode estar atento às sugestões das Agendas Culturais, Jornais, *sites* das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, etc.

Apesar de tudo, saiba que conta com o bem mais precioso que poderá oferecer aos seus – **o amor e tempo de qualidade.**

Se apesar de todos os seus esforços, se sentir deprimido, sem esperança, irritado, frustrado, desinteressado, sem prazer nas atividades que outrora lhe eram agradáveis, com dificuldades de concentração, incapaz de tomar decisões, pensamentos sobre a morte, sentimentos de vazio ou solidão, perda de interesse, com sintomatologia física – dores ou sensação de aperto no peito, taquicardia, azia, esofagia e sudação excessiva, pode estar na altura de pedir uma ajuda extra.

Nas mais diversas áreas há alternativas



gratuitas ou de baixo custo a que pode recorrer:

Para apoio às famílias em crise, para além de inúmeros simuladores, e dicas disponibilizadas pelo Gabinete “SOS Crise” da Deco (linha telefónica 808 780 507 ou <http://gasdeco.pt/>), dispõe do GOEC - Gabinete de orientação ao endividamento dos consumidores, que funciona nas instalações do ISEG, em Lisboa, de segunda a sexta-feira, entre as 17:00 e as 20:00, podendo o contacto ser presencial, por telefone ou fax, ligando para os números 21 392 59 42 e 21 396 79 71, ou por *e-mail*, através do endereço [gac@iseg.utl.pt](mailto:gac@iseg.utl.pt).

Existe o PLANOVÍÁVEL através do *Link*: <http://planoviavel.pt> ou O ENDIVIDADO através do *Link*: <http://www.oendividado.com/tag/sobre-endividamento/>

Para apoio jurídico gratuito, informe-se junto da sua Junta de Freguesia.

Para apoio Psicológico ou Psicossocial, contacte a linha de apoio da Guarda Nacional Republicana, através do número **800962000**, ou os Gabinetes de Serviço Social espalhados pelo País.

Se preferir informe-se, igualmente na sua Junta de Freguesia (muitas possuem estes serviços), ou procure Psicólogos Clínicos e Psicoterapeutas credenciados que disponibilizem consultas de Psicologia e Psicoterapia a preços reduzidos.